Ministério da Ciência e Tecnologia

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

S E P E D

Luiz Antonio Barreto de Castro
Secretário da SEPED

FEVEREIRO 2008

República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente

Ministério da Ciência e Tecnologia
Sérgio Rezende
Ministro

Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
Luiz Antonio Barreto de Castro
Secretário

Departamento de Políticas e Programas Temáticos – DEPPT
Isaac Roitman
Diretor

Coordenadores da SEPED:

Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa -CGAA
Fernando André Pereira das Neves

Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade - CGBD
Ione Egler

Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas – CGSA
Maria Luiza Braz Alves

Coordenação Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia - CGCH
Darly Henriques da Silva

Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde – CGBS
Paulo José Péret de Sant'Ana

Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima - CGMG
José Domingos Gonzalez Miguez

Coordenação para o Mar e Antártica - COMA
Maria Cordelia Soares Machado

COLABORADORES

Ana Francisca Fernandes Corrêa
Cassiane da Rocha Jaroszewski
Cláudia Morosi Czarneski
Clovis Andrade Júnior
Marcos Willian Bezerra de Freitas
Maria do Socorro Leal Santos
Renato de Paula Falleiros
Ricardo Melamed
Ubirajara Araújo Filho

Relatório consolidado pela equipe técnica:
- Fernando André Pereira das Neves – Coordenador da CGAA/SEPED
- Lozevaldo Monteiro Cruz – Assistente Técnico da CGAA/SEPED

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO **5**
RELATÓRIO DE GESTÃO 2007 ..... **6**
1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE **6**
2. RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL **7**
3. **ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO:** **10**
4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES **11**
4.1 PROGRAMA 1122: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA NATUREZA E CLIMA **11**
4.1.1 - Dados Gerais do Programa 11
4.1.2 – Principais Ações do Programa 12
4.1.3 - Demonstrativo Consolidado de Execução das Ações do Programa 1122 12
4.1.4 - Principais ações do Programa 1122 de responsabilidade da SEPED: 13
4.1.4.1 - Gestão das Ações: 14
4.1.4.1.1 - Ação 2272: Gestão e Administração do Programa 1122 14
4.1.4.1.1.1 - Dados Gerais: 14
4.1.4.1.1.2 - Resultados: 14
4.1.4.1.2 - Ação 0754: Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (Coleções *Ex Situ*) 16
4.1.4.1.2.1 - Dados Gerais: 16
4.1.4.1.2.2 – Resultados 16
4.1.4.1.3 - Ação 0756: Apoio a Redes de Inventários da Biota 20
4.1.4.1.3.1 – Dados Gerais: 20
4.1.4.1.3.2 – Resultados 20
4.1.4.1.4 – Ação 0909: Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade 23
4.1.3.1.4.1 - Dados Gerais: 23
4.1.3.1.4.2 - Resultados: 23
4.1.4.1.5 – Ação 6739: Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade 27
4.1.4.1.5.1 - Dados Gerais: 27
4.1.4.1.5.2 - Resultados: 27
4.1.4.1.6 – Ação 4951: Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal 29
4.1.4.1.6.1 - Dados Gerais: 29
4.1.4.1.6.2 - Resultados: 29
4.1.4.1.7 – Ação 6255: Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental - GEOMA 31
4.1.4.1.7.1 - Dados Gerais: 31
4.1.4.1.7.2 - Resultados: 31
4.1.4.1.8 – Ação 6717: Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros 33
4.1.4.1.8.1 - Dados Gerais: 33
4.1.4.1.8.2 - Resultados: 33
4.1.4.1.9 – Ação 6258: Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais 34
4.1.4.1.9.1 - Dados Gerais: 34
4.1.4.1.9.2 - Resultados: 34
4.1.4.1.10 – Ação 7682: Implantação da Rede de Meteorologia e Clima 36
4.1.4.1.10.1 - Dados Gerais: 36
4.1.4.1.10.2 - Resultados: 36
4.1.4.1.11 – Ação 3E62: Desenvolvimento da Meteorologia 38
4.1.4.1.11.1 – Dados Gerais: 38
4.1.4.1.11..2 - Resultados: 38
4.1.4.1.12 – Ação 6751: Pesquisa e Desenvolvimento sobre Mudança Global do Clima 40
4.1.4.1.12.1 - Dados Gerais: 40
4.1.4.1.12.2 - Resultados: 40
4.2 PROGRAMA 0473: GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 43
4.2.1 - Dados Gerais: 43
4.2.2 - Comentários do Programa: 43
4.2.3 - Situação do Programa: 43
4.2.4 - Demonstrativo Consolidado de Execução das Ações do Programa 0473 43

4.2.5 – Principais ações do Programa 0473 sob a coordenação da SEPED: 44
4.2.5.1 - Gestão das Ações: 45
4.2.5.1.1 – Ação 6126: Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa 45
4.2.5.1.1 - Dados Gerais: 45
4.2.5.1.2 - Resultados: 45
4.2.5.1.2 – Ação 6909: Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo 49
4.2.5.1.2.1 - Dados Gerais: 49
4.2.5.1.2.2 - Resultados: 49

4.3 PROGRAMA 1388: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE) 54
4.3.1 - Dados Gerais: 54
4.3.2 - Comentários do Programa: 54
4.3.3 - Situação do Programa: 54
4.3.4. - Demonstrativo Consolidado de Execução das Ações do Programa 1388 55
4.3.5 – Principais ações do Programa 1388, sob a coordenação da SEPED: 55
4.2.5.1 - Gestão das Ações: 56
4.3.5.1.1 - Ação 2272: Gestão e Administração do Programa 1388 - PTRES 004751 – PI 001 56
4.3.5.1.1.1 - Dados Gerais: 56
4.3.5.1.1.2 - Resultados: 56
4.3.5.1.2 – Ação 2B33: Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia dos Organismos 58
4.3.5.1.2.1 - Dados Gerais: 58
4.3.5.1.2.2 - Resultados: 58
4.3.5.1.3 – Ação 2C83: Desenvolvimento de Pesquisas em Biologia Molecular e em Bioprodutos de Interesse Econômico 60
4.3.5.1.3.1 - Dados Gerais: 60
4.3.5.1.3.2 - Resultados: 60
4.3.5.1.4 – Ação 4942: Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma 62
4.3.5.1.4.1 - Dados Gerais: 62
4.3.5.1.4.2 - Resultados: 62

5. DESEMPENHO OPERACIONAL 69

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA: **80**

7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL: **80**

8. OPERAÇÕES DE FUNDOS: **80**

9. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (CONFORME ANEXOS II E X DA DN – TCU-85/2007) **80**
Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN – TCU-85/2007) 80
Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN – TCU-85/2007) 80
Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN – TCU-85/2007) 80
Anexo D – Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN – TCU-85/2007) 80
Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN – TCU-85/2007) 80
Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos: 80
Atos relativos a admissão, desligamento, concessão de aposentadoria, reforma e pensão: 81
Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa: 81
Relatório de correição 81

CONSIDERAÇÕES FINAIS 82

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão expõe as realizações da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e de Desenvolvimento - SEPED, contextualizadas em Ações de Programas do PPA. É um produto do trabalho realizado em conjunto, por cada uma de suas Coordenações Gerais, atores diretamente envolvidos no processo de execução dessas Ações, no exercício em exame, com recursos provenientes da Lei de Orçamento Anual.

Faz-se necessário chamar a atenção para o fato que a utilização de valores neste relatório segue orientações estabelecidas pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, do Ministério do Planejamento, e deve obrigatoriamente incluir todo o empenho realizado no ano fiscal, mesmo que parte deste empenho seja liquidada somente no decorrer do próximo exercício.

Todas as informações produzidas por este relatório irão compor a Prestação de Contas Anual de 2007, do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, em atendimento ao disposto na Portaria nº 1950, de 28/12/07, Instrução Normativa do TCU n.º 47, de 27/10/07 e Decisão Normativa TCU nºs. 85 e 88, de 19/09/07 e 28/11/07.

Luiz Antonio Barreto de Castro
Secretário da SEPED

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

NOME COMPLETO DA UNIDADE E SIGLA: **SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – SEPED**
NATUREZA JURÍDICA: **ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO**
VINCULAÇÃO MINISTERIAL: **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT**
NORMATIVA DE CRIAÇÃO, DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RESPECTIVA DATA DEE PUBLICAÇÃO NO DOU: Aprovada a Estrutura Regimental através do Decreto Presidencial n.º 5.886, de 06 de setembro de 2006, DOU, de 08/09/06 e Regimento Interno da aprovado pela Portaria MCT n.º 755, de 03 de outubro de 2006, DOU de 05/10/06.
CNPJ: 01.293.896/0001-64 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT
UNIDADE E CÓDIGO NO SIAFI: **SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - 240.119**
CÓDIGO DA UJ TITULAR DO RELATÓRIO: **SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - 240.119**
ENDEREÇO COMPLETO DA SEDE: **Esplanada dos Ministérios Bl. E – 2º andar 218 - 70.067-900 – Brasília – DF** **Fone: (61) 3317.8128 – 8015 – FAX: (61) 3317.7766**
ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA *INTERNET*: **Http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1149.html**
SITUAÇÃO DA UNIDADE QUANTO AO FUNCIONAMENTO: **EM FUNCIONAMENTO**
FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE: **CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
TIPO DE ATIVIDADE: Promover o conhecimento científico e tecnológico com vistas à melhoria da qualidade de vida

UNIDADE GESTORA UTILIZADA NO SIAFI:	NOME:	CÓDIGO:
	COORDENAÇAO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICA – CGRL/SPOA	**240.101**

2. RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL

A Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED tem como responsabilidade institucional implantar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no País: nas áreas de Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra e da Vida, em especial em Biotecnologia e Saúde, em Novas Fontes de Energia, e nas áreas de interesse estratégico para o levantamento e aproveitamento sustentável do patrimônio nacional, em especial em Biodiversidade, Ecossistemas, Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, Ciências do Mar, Antártica, Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e Mudanças Climáticas Globais.

Através das suas Ações, com o apoio dos Fundos Setoriais e de parcerias com outras instituições destacamos abaixo algumas ***realizações*** da SEPED.

a) **Medicamentos fitoterápicos**. Neste setor, o MCT, através da SEPED, em parceria com o Ministério da Saúde, investiu na estruturação da cadeia produtiva do setor de fármacos e medicamentos em pesquisas para o combate de doenças como a dengue, tuberculose, hanseníase, leishmaniose e malária. A mesma parceria entre os dois ministérios deu sustentação a estudos em relação a insumos farmacêuticos diversificados, a partir de algas marinhas. No **Projeto Proteoma**, estão sendo pesquisadas toxinas de origem animal, com destaque para o veneno do escorpião amarelo (Tityus serrulatus) – insumo para nova classe de drogas com ação no sistema nervoso, muscular e cardiovascular – e fatores plasmáticos recombinantes;

b) Em **Biotecnologia** destacam-se as ações de fortalecimento de grupos de pesquisa básica, pré-clínica e clínica para pesquisa com **células-tronco;** estímulo à aproximação entre o setor empresarial e as instituições de pesquisa, para o desenvolvimento de bioprodutos; implementação da **Rede Genoprot**, visando a ampliação da competência do Brasil para a elucidação de estruturas de proteínas, com foco em problemas nacionais relevantes; no âmbito da **Rede Nordeste de Biotecnologia** (**Renorbio**);

c) **C,T&I para a Amazônia –** vimos ampliando novas ações de C,T&I para a Amazônia, com ênfase no investimento de infra-estrutura de pesquisa na região e na formação e fixação de recursos humanos qualificados. Como significativo avanço na integração de programas de pesquisa ambiental amazônica, destacam-se: o Projeto integrado do MCT e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que visa apoiar o desenvolvimento sustentável em regiões definidas como prioritárias nos planos de governo para a Amazônia, com destaque para a BR-163, no primeiro momento, mediante a produção de conhecimento e tecnologias para a gestão do território; o Projeto de Grande Escala para Pesquisa da Atmosfera e da Biosfera (LBA), alcançou importantes resultados: aprofundamento do conhecimento sobre o ciclo do carbono, o ciclo da água na Amazônia, e sobre as propriedades físicas das nuvens na região, ampliação do conhecimento sobre a emissão de gás carbônico pelo desmatamento e sobre a absorção de carbono por grande parte da floresta não perturbada; pesquisa e desenvolvimento de métodos, modelos e geoinformação - Rede Temática em Modelagem Ambiental da Amazônia (Rede Geoma) e o Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), que visa estimular o uso sustentável da biodiversidade.

d) Na área de **Meteorologia e climatologia**, houve apoio a iniciativas de monitoramento de fenômenos naturais, principalmente reforçando estruturas estaduais de meteorologia e parcerias entre órgãos federais, além de consolidar a capacidade brasileira de gerar cenários

futuros de mudanças climáticas, importantes ao planejamento estratégico de longo prazo do país. Destaca-se o apoio a capacitação de recursos humanos para P&D em Meteorologia e Clima em parceria com a Sociedade Brasileira de Meteorologia; a concessão de bolsas para meteorologistas para doze estados no âmbito dos Fundos Setoriais e o fortalecimento dos centros estaduais de meteorologia e pesquisa em fenômenos extremos. Através do Projeto Piloto de Investimento – PPI, para Desenvolvimento da Meteorologia Nacional, foram realizados investimentos de modernização dos equipamentos nos Institutos responsáveis pelo monitoramento de tempo e clima (CPETC/INPE e INMET), adequando os laboratórios com a introdução de novas e modernas tecnologias observacionais, facilitando a recuperação e alimentação de bancos de dados meteorológicos e climatológicos.

e) **Projeto PIRATA**, parceria do Brasil com os Estados Unidos e França para ancorar bóias no Atlântico tropical, com vistas à coleta de dados para previsão climática cuja execução envolve a Divisão de Hidrografia e Navegação, do Comando da Marinha.

f) **Mudança Global do Clima** - na questão da Mudança Global do Clima, destacam-se atividades no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O Brasil tem-se destacado como um dos países mais organizados e estruturados para atrair esse tipo de oportunidade, contando com um total de 197 atividades de projeto em processo de validação e registradas, representando 15% do total mundial. A Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima já aprovou 120 atividades de projeto no âmbito do MDL do Protocolo de Quioto, as quais, em conjunto com as atividades de projeto em processo de validação representam uma redução de emissões de gases de efeito estufa durante o primeiro período de obtenção de crédito de 190 milhões de toneladas de CO_2 equivalentes, ou 25 milhões de toneladas de CO_2 equivalentes anuais no primeiro período de compromisso do Protocolo de Quioto. Essa redução representa cerca de 2% das emissões de gases de efeito estufa brasileiras no ano de 1990, demonstrando uma importante contribuição do Brasil no esforço global de combate a Mudança Global do Clima.

g) **Na área de Biodiversidade** foram repassados recursos aos núcleos executores da Amazônia Oriental, Amazônia Ocidental e Semi-árido, responsáveis pelas pesquisas e implantação das Redes de Inventário no âmbito do Programa e Pesquisa de Biodiversidade – PPBio, cuja atuação está direcionada principalmente para os temas relacionados a inventários, taxonomia e coleções biológicas nessas regiões. Buscando ampliar as ações do Programa PPBio identificou-se a possibilidade de desenvolver pesquisas no bioma Mata Atlântica. Assim uma proposta de projeto regional foi elaborada intitulando-se "Rede de Biodiversidade da Mata Atlântica". O projeto tem como primeiras ações a estruturação de uma rede e adequação da infra-estrutura e conservação dos acervos de parte das coleções existentes.

h) **Na Área do Mar**, foi implementado, através do Edital Universal, no âmbito do CNPq, 24 projetos ligados às Ciências do Mar para o Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas, bem como 3 projetos com o objetivo de ampliar o conhecimento das ciências marinhas do Brasil, por meio do apoio aos estudos integradores de ecossistemas costeiros e oceânicos, de forma bilateral com a Alemanha.

i) Foi elaborada e aprovada no âmbito do VI Plano Setorial dos Recursos do Mar (PSRM) da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar (CIRM) a Proposta Nacional de Trabalho (PNT) do Comitê Executivo para Levantamento e Avaliação do Potencial Biotecnológico da

Biodiversidade Marinha (BIOMAR). Graças a este trabalho o Comitê Nacional de Biotecnologia inseriu o bioma marinho na Política de Desenvolvimento de Biotecnologia.

j) Foi adquirido o navio oceanográfico Cruzeiro do Sul para estudos inter-institucionais e multi-disciplinares no Atlântico Sul, em parceria com a FINEP e o Comando da Marinha.

k) Revitalização do Comitê de Ciências do Mar (CCM), marcada pela Sessão Ordinária em novembro, neste Ministério, com a missão de alavancar recursos nas áreas de Ciências do Mar.

l) No exercício de 2007 o Brasil participou oficialmente do lançamento mundial do IV Ano Polar Internacional (API), em cerimônia pública no Ministério de Ciência e Tecnologia, com grande repercussão na mídia nacional. É o primeiro API com efetiva participação do Brasil, apoiado pelos Fundo Setoriais do MCT.

m) **Na Área da Antártica**, foram revitalizados os Laboratórios da Estação Antártica Comandante Ferraz, com o apoio dos Fundos Setoriais do MCT.

n) Foi publicado o volume 9 “Coleção Explorando o Ensino” dedicado à Antártica, escrito por pesquisadores antárticos brasileiros e coordenados pela Coordenação para Mar e Antártica, da SEPED.

o) Vale ressaltar, a participação atuante da SEPED, através do seu corpo funcional, em importantes Conselhos e Comissões, tais como: Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica – CDB, Conselho Gestor do Patrimônio Genético-CGEN, Comissão Nacional de Biodversidade - CONABIO, Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ), Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Comitê Executivo para o Levantamento e Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha – BIOMAR, Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, a Comissão Interministerial dos Recursos do Mar – CIRM, O Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CoNaPA) e o Comitê de Ciências do Mar.

Trata-se, portanto, de realizações da SEPED, efetuadas no exercício de 2007, através de várias ações prioritárias não apenas por viabilizar novos conhecimentos, como também por proporcionar melhoria da eficiência da operação do sistema econômico, bem estar da sociedade e da proteção do meio ambiente.

3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO:

Sobre a estratégia de atuação da SEPED, esta vem sendo realizada através de parcerias entre órgãos da administração direta de vários ministérios, estados, municípios, instituições acadêmicas, organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Através dessas parcerias estamos promovendo a estruturação de redes multinstitucionais e multidisciplinares para a geração e difusão do conhecimento, geração de editais para contratação de novos projetos, e desenvolvendo e operando sistemas de informações que cruzam variáveis climáticas, ambientais, econômicas e sociais com vistas ao desenvolvimento sustentável, inclusive o desenvolvimento científico e tecnológico necessário a implementação de tais sistemas.

Ao analisarmos os dados do presente relatório, podemos constatar que as Ações da SEPED, no que concerne a execução orçamentária (empenho e liquidação), obtiveram resultados considerados satisfatórios e compatíveis com os recursos oferecidos, onde em algumas ações foi possível superar algumas metas. Entretanto, no que concerne a execução financeira, essa ficou aquém da expectativa, tendo em vista o baixo limite de pagamento oferecido à Secretaria para atendimento dos seus compromissos. Na realidade, esse fato já vem ocorrendo em exercícios passados, o que acarreta uma sobrecarga nos exercícios seguintes de um valor muito alto de Inscrição de Restos a Pagar, gerando um impacto considerável no Planejamento de qualquer unidade de gestão.

4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1 PROGRAMA 1122: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA NATUREZA E CLIMA

Objetivos

O programa 1122, que encontra-se sob a responsabilidade da SEPED, tem como objetivo principal, expandir e fortalecer a infra-estrutura da Ciência, Tecnologia e Inovação e formar os recursos humanos necessários para estudar e orientar a mitigação dos efeitos naturais e antropogênicos sobre a Biodiversidade. Clima, Tempo e Recursos Hídricos.

Tem como principais focos a P&D em biodiversidade e ecossistemas; P&D em ciências sociais e naturais; P&D sobre a Amazônia; P&D sobre o Pantanal; P&D em ciências e tecnologia do mar; recursos hídricos; P&D de métodos, modelos e geoinformação para gestão ambiental; florestas tropicais; meteorologia e clima; acervos biológicos; mudanças climáticas globais e monitoramento ambiental.

Para o exercício de 2007, o Programa 1122 - Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima, foi contemplado no Plano Plurianual – PPA, com 22 (vinte e duas) ações Entretanto, no âmbito do referido programa, a Secretaria ficou responsável apenas por 12 (doze) dessas ações, que foram executadas através das suas Coordenações Gerais. (Ações: 2272, 0754, 0756, 0909, 6739, 4951, 6255, 6717, 6258, 3E62, 7682 e 6751).

Além desse Programa e suas respectivas ações, a SEPED, através de três das suas Coordenações Gerais, executou 2 (duas) ações do Programa 0473 - Gestão da Política de Ciência e Tecnologia e Inovação (ações: 6126 e 6909), e 4 (quatro) ações do Programa 1388 - Ciência e Tecnologia e Inovação para PITCE, (ações: 2B33, 2C83, 4942 e parte da ação 2272, através do PI 001-PTRES 004751).

Vale lembrar, que esses dois programas estão sob a responsabilidade de outras Unidades Jurisdicionadas do Ministério. Entretanto, as ações executadas pela SEPED nos mencionados programas terão os seus resultados citados mais a frente.

4.1.1 - Dados Gerais do Programa

TIPO DE PROGRAMA: FINALÍSTICO
OBJETIVO GERAL: Ampliar o conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a natureza, a ciência e a sociedade, que contribuam para o entendimento das mudanças globais e para a melhoria da Qualidade de vida da população.
GERENTE DO PROGRAMA: LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO
GERENTE EXECUTIVO: FERNANDO ANDRÉ PEREIRA DAS NEVES
INDICADORES: - Número de Mapas Temáticos Gerados Contendo o Cálculo da Extensão e Distribuição do Desmatamento na Amazônia; - Taxa de Acerto da Previsão Climática Sazonal para o Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Nordeste; - Taxa de Acerto da Previsão da Tendência Climática Sazonal Região Amazônica, Norte do Nordeste e Sul.
PÚBLICO ALVO: COMUNIDADE CIENTÍFICA E A SOCIEDADE

4.1.2 – Principais Ações do Programa

O **Programa** 1122 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Natureza e Clima tem contribuído para a integração de competências, na formação de recursos humanos, na infra-estrutura de institutos de pesquisas e no apoio ao fomento em várias áreas do conhecimento.

Através do entendimento das complexas interações entre o meio ambiente (ecossistemas e recursos naturais), o clima (em sua variabilidade natural e antropogênica) e a sociedade, assim como os impactos destas interações sobre as mudanças globais, o programa vem apresentando resultados para o desenvolvimento sustentável, com aumento da produção, redução da pobreza e dos desequilíbrios regionais e proteção do meio ambiente, mostrando ser eficaz no que tange ao alcance das metas previstas nas suas respectivas Ações.

No aspecto orçamentário e financeiro a dotação do programa, prevista em Lei, especificamente para aquelas as ações executadas pela SEPED, sofreu apenas um pequeno contingenciamento, da ordem de 0,5% (meio por cento), não interferindo nas atividades finalísticas do programa.

Um melhor detalhamento dos resultados poderá ser observado na descrição das ações que materializam o objetivo do programa.

4.1.3 - Demonstrativo Consolidado de Execução das Ações do Programa 1122

PROGRAMA / AÇÃO / FONTE	FINANCEIRO					FÍSICO		
	PREVISTO			REALIZADO				
	LEI (A)	(Limite de Empenho) (B)	CONTING. DA LEI C = (B/A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (D)	ATINGIDO (%) E = (D/B)	PREVISTO	REALIZADO	ATINGIDO
1122: C,T&I para Natureza e Clima	**20.916.333**	**20.811.977**	**-0,50%**	**15.452.085**	**74,25%**			
2272 - Gestão Administrativa do Programa	1.350.000	1.245.645	-7,73%	1.134.597	**91,09%**			
0754 - Apoio a Modernização de Acervos Biológicos	796.147	796.147	0,00%	796.147	**100,00%**	**20**	**27**	**135,00%**
0756 - Apoio a Redes de Inventários da Biota	1.358.197	1.358.197	0,00%	1.358.197	**100,00%**	**3**	**3**	**100,00%**
0909 - Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade	754.550	754.550	0,00%	718.464	**95,22%**	**4**	**5**	**125,00%**
6937 - Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversid	83.845	83.845	0,00%	83.845	**100,00%**	**3**	**3**	**100,00%**
4951 - Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal	776.404	776.404	0,00%	776.404	**100,00%**	**3**	**3**	**100,00%**
6255 - Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental - GEOMA	297.700	297.700	0,00%	270.738	**90,94%**	**2**	**2**	**100,00%**
6717 - Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros	250.768	250.768	0,00%	250.768	**100,00%**	**1**	**1**	**100,00%**
6258 - P&D de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa para Proteção das Florestas Tropicais	6.106.860	6.106.860	0,00%	2.508.167	**41,07%**	**3**	**52**	**1733,33%**
- Fonte 0100	214.354	214.354	0,00%	201.167	93,85%			
- Fonte 0195	5.892.506	5.892.506	0,00%	2.307.000	39,15%			
7682 - Implantação da Rede de Meteorologia e Clima	426.536	426.536	0,00%	425.920	**99,86%**	**3**	**3**	**100,00%**
3E62 - Desenvolvimento da Meteorologia Nacional (Plano Piloto de Investimentos)	8.543.342	8.543.342	0,00%	6.958.838	**81,45%**	**31**	**31**	**100,00%**
6751 - Pesquisa e Desenvolvimento sobre Mudanças Global do Clima	171.984	171.984	0,00%	170.000	**98,85%**	**1**	**1**	**100,00%**

Fonte: SIAFI Gerencial - Extraído em 16/01/08

4.1.4 - Principais ações do Programa 1122 de responsabilidade da SEPED:

- Ação 2272: Gestão e administração do programa
- Ação 0754: Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (coleções *Ex Situ*)
- Ação 0756: Apoio à Rede de Inventários da Biota
- Ação 0909: Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade
- Ação 6739: Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade
- Ação 4951: Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal
- Ação 6255: Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para Gestão Ambiental
- Ação 6258: Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais
- Ação 6717: Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicos para os Biomas Brasileiros
- Ação 7682: Implantação da Rede de Meteorologia e Clima
- Ação 3E62: Desenvolvimento da Meteorologia Nacional
- Ação 6751: Pesquisa e Desenvolvimento sobre Mudança Global do Clima

4.1.4.1 - Gestão das Ações:

4.1.4.1.1 - Ação 2272: Gestão e Administração do Programa 1122

4.1.4.1.1.1 - Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Constituir um centro de custos administrativo dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
DESCRIÇÃO: Os recursos dessa ação foram executados no pagamento de servidores sob o regime de contrato temporário para atuar nas atividades do Programa, pagamento de funcionários de apoio terceirizados, entre outras despesas de custeio da Secretaria e suas Coordenações.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: Fernando André Pereira das Neves – (61) 3317-7613 - **e-mail**: fandre@mct.gov.br

4.1.4.1.1.2 - Resultados:

No âmbito desta ação foi disponibilizado o apoio necessário ao desenvolvimento do Programa C,T&I para a Natureza e Clima. As despesas, dentre outras, envolveu pagamentos de servidores sob o regime de contratos temporários, terceirizados, material de consumo, sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações, outros serviços de terceiros e, demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa. Os resultados desta ação estão diretamente relacionados aos resultados do Programa, uma vez que confere ao mesmo o apoio logístico necessário.

Dos recursos oferecidos a ação (2272/1122, que foi desmembrada por PI, com vistas atender mais de uma Unidade Jurisdicionada, coube a SEPED o PI 001 – PTRES 004750, com uma dotação orçamentária no valor de R$ 1.350.000,00 (hum milhão, trezentos e cinqüenta mil reais). Desse valor, foi efetuado um corte de 7,73%, reduzindo o Limite de Empenho para R$ 1.245.645,00 (hum milhão, duzentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais).

As despesas empenhadas/realizadas na ordem de R$ 1.124.317,00 (hum milhão, cento e vinte e quatro mil, trezentos e dezessete reais), correspondente a 90,26% do limite de empenho. (Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira).

Podemos afirmar que esses recursos foram muito bem administrados e executados, onde a SEPED, teve a preocupação de manter o controle dos gastos.

Metas Orçamentária e Financeira da Ação 2272 - Programa 1122

FINANCEIRO				FÍSICO		
PREVISTO EM LEI (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	REALIZADO (C)	% D = (C/B)	PREVISTO (E)	REALIZADO (F)	% G = (F/E)
1.350.000,00	1.245.645,00	1.124.317,00	90,26	0	0	0

Metas Físicas: Não se aplica.

Produto: Não Possui

4.1.4.1.2 - Ação 0754: Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (Coleções *Ex Situ*)

4.1.4.1.2.1 - Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Preservar o material genético identificado por meio da manutenção, ampliação e informatização de acervos biológicos (coleções *ex situ*).
DESCRIÇÃO: Apoio a atividades destinadas a criação e ampliação das coleções representativas dos principais biomas nacionais, com bons acervos e taxonomia sólida; apoio a manutenção e ampliação destas culturas; apoio as iniciativas de informatização dos acervos existentes.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO: Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: Ione Egler – (61) 3317 8024 - **e-mail**: iegler@mct.gov.br

4.1.4.1.2.2 - Resultados

Em 2007, a ação 0754 contribui para a informatização de 27 coleções biológicas:

- **Resultados do componente coleções biológicas obtidos no PPBio – MPEG:**

Durante o segundo semestre de 2007 foi dada continuidade ao trabalho de gerenciamento e desenvolvimento de soluções informáticas do PPBio-Amazônia Oriental, através da manutenção de pessoal na gerência e no núcleo de Biogeoinformática. Neste período o NBGI aprimorou o sistema de acompanhamento das atividades de inventário, promoveu adaptações para melhor acomodar as necessidades dos projetos temáticos e desenvolveu o site da Rede COBio, que tem potencial para se consolidar como uma das plataformas de integração dos dados das coleções biológicas do Programa. No período foram realizadas algumas atividades de aprimoramento da infra-estrutura das coleções do MPEG, como a adequação da sala de montagem do Herbário e dos laboratórios associados às coleções de invertebrados. Em relação à informatização, o herbário, a aracnologia, ictiologia, ornitologia, herpetologia e mastozoologia tiveram 100% dos seus acervos informatizados, o que corresponde a 06 coleções biológicas informatizadas.

Foi dada também continuidade ao processo de qualificação informação taxonômica incorporada às coleções biológicas do MPEG, através do custeio da visita ao Museu de quatro especialistas em sistemática de invertebrados, um do Instituto Butantan, um da USP, um do INPA e um Doutorando em sistemática da Ordem Coleoptera, da UFRGS. Os resultados das

atividades proporcionadas pelo PPBio, principalmente aquelas relacionadas às ações de qualificação da informação taxonômica nas coleções, que inclui o fomento à viagens científicas para estudo de acervos, já começam a aparecer na forma de publicações. Estas publicações reportam material identificado e designam material-tipo pertencente a coleções apoiadas pelo PPBio.

Um passo importante para a disponibilização *on line* do Herbário do IEPA foi dado com o custeio da viagem de três especialistas no programa Brahms a Macapá, um do INPA e dois da UFRA, ocasião em que foi realizado um diagnóstico do banco de dados do Herbário daquela instituição, a ser disponibilizado na rede. O trabalho técnico de preparação da versão interoperável do banco será concluído em Manaus, com a eminente visita de trabalho de especialistas do IEPA ao INPA.

- **Resultados do componente coleções biológicas obtidos no PPBio – INPA:**

Os dados para fazer um diagnóstico das coleções biológicas da Amazônia foram compilados e tabulados. Uma análise preliminar mostrou que as 11 instituições da região que responderam ao levantamento mantêm 47 coleções, sendo 47% na área de zoológicas, 26% na de botânica e 2% na de microbiologia. Dessas, apenas duas coleções disponibilizavam acesso online para consulta ao acervo, por enquanto restrito apenas ao acervo de material-tipo. Entretanto, 93% das coleções têm conexão dedicada à Internet.

As atividades de informatização dos acervos das coleções na área de atuação do PPBio Amazônia Ocidental foram desenvolvidas prioritariamente no INPA, com ênfase nas coleções zoológicas (peixes e invertebrados) e nas coleções botânicas, com os seguintes resultados: 21.464 registros de livro de tombo foram informatizados e 128.195 imagens de frutos e exsicatas foram digitalizadas.

Os catálogos de tipos das coleções de Insecta e de Arachnida do INPA foram colocados para consulta online no endereço http://colecoes.inpa.gov.br/sb/invertebrados/html/principais/bancodedados.php, com a disponibilização de 2.288 e 140 registros, respectivamente. Os registros já informatizados da coleção de Hymenoptera do INPA também estão disponíveis no mesmo endereço, num total de 4.393 registros online até o momento.

A disseminação online de bancos de dados de coleções foi efetuada por meio da integração de 26 coleções do INPA à rede *speciesLink* (http://splink.cria.org.br) gerenciada pelo Centro de Referência em Informação Ambiental (CRIA), de Campinas (SP). Um total de 292.303 registros foram integrados à rede até dezembro de 2007, dos quais apenas 3 % com dados georreferenciados.

A qualificação da informação taxonômica foi realizada por meio de visitas científicas de curta duração e pela contratação de bolsistas para organizar e identificar material não-triado. As coleções biológicas do INPA receberam a visita de 15 especialistas, sendo quatro na coleção de peixe, um na coleção de mamíferos, cinco na coleção de invertebrados, e cinco no herbário. O herbário da UFRR (Boa Vista) recebeu a visita de um especialista. A correção de registros dos bancos de dados foi efetuada em dez herbários (INPA, IAN, UNIR, HAMAB, ORSA, UFRR, MIRR, HGTP, UFG, UFMG), com cerca de 300.000 registros examinados e corrigidos.

O treinamento no uso de plataformas computacionais para informatização, gerenciamento e disseminação de dados de coleções botânicas foi promovido por meio do oferecimento de sete cursos de treinamento nas funcionalidades do BRAHMS em seis instituições (cinco no Brasil e uma na Colômbia), com o treinamento de 134 pessoas.

Número de registros informatizados e amostras digitalizadas nas coleções biológicas de instituições apoiadas pelo PPBio em 2007.

Coleção	Dez/2006	Dez/2007	Incremento
INPA			
Invertebrados			
- Acanthocephala	0	13	13
- Arachnida – Acari	0	317	317
- Arachnida – Amblypygi	3	32	29
- Arachnida – Araneae	505	2.592	2.087
- Arachnida – Pseudoscorpiones	2	411	409
- Arachnida – Ricinulei	4	24	20
- Arachnida – Scorpiones	44	407	363
- Crustacea	0	142	142
- Hymenoptera – Abelhas+Vespas	3.066	7.172	4.106
- Hymenoptera – Formicidae	0	3.677	3.677
- Nemata	0	33	33
- Rotifera	0	57	57
Peixes	**18.644**	**21.423**	**2.779**
Coleções Botânicas			
- Carpoteca (registros)	1.809	2.327	518
- Carpoteca (imagens amostras)	0	600	600
- Herbário	219.339	220.253	914
- Herbário (imagens exsicatas)	0	80.000	80.000
- Xiloteca	0	6.000	6.000
EMBRAPA CPATU			
- Herbário IAN (imagens exsicatas)	0	7.695	7.695
IEPA			
- Herbário HAMAB (imagens exsicatas)	0	33.000	33.000
ULBRA – MANAUS			
- Herbário HGTP	0	1.500	1.500

- **Resultados do componente coleções biológicas obtidos no PPBio- Semi-árido:**

A triagem, o processamento, a inclusão e organização das coleções, bem como a preparação de banco de dados foi mantida com auxilio de prestadores de serviço (herbários IPA, HST-UFRPE, TEPB-UFPI, HUVA, banco de DNA do LAMOL-UEFS coleções de insetos, de herpetologia e de ictiologia do MUZUEFS, Laboratório de micologia LAMICUEFS e Coleção de Cultura da Bahia CCMB-UEFS). Foram preparados armários para o acondicionamento das coleções de aves e mamíferos do Laboratório de Ornitologia e mastofauna (LORMA) do MUZUEFS e, em dezembro, inaugurada a Coleção de insetos Johann Becker, com a incorporação de aproximadamente 60.000 indivíduos (¼ deles montados) provenientes de diversos estados brasileiros e até de outros países das Américas e da Europa.

O esforço na qualificação das coleções teve continuidade. O projeto apoiou a visita para identificação de 150 espécimes de anuros, a maioria da Serra das Confusões, depositados na UFPI (em abril, pela Dr. Flora Acuña Juncá - UEFS) e a visita de dois botânicos argentinos, um especialista em Gramineae (Dr. Gabriel H. Rua, em maio) e outro em Rubiaceae (Dra. Elza Leonor Cabral, em junho), uma brasileira especialista em Iridaceae (Dra. Nádia Chukr), além de um micologista cubano (Dr. Rafael Felipe Castañeda Ruiz, em junho) que aproveitou a passagem

pelo Brasil para examinar as novas coleções de 5 fungos do PPBio. Em junho, foi apoiada também a visita de estudantes em Schizaeales (Pteridophyta), Acanthaceae, Orchidaceae, Polygalaceae e Lamiaceae ao herbário CEPEC e em dezembro a visita de uma estudante de Acanthaceae a herbários do Sudeste.

Esta ação não sofreu restrições orçamentárias recebendo o aporte de recursos aprovados em Lei, no valor de R$ 796.147,00 (setecentos e noventa e seis mil, cento e quarenta e sete reais). Desse total, foram empenhadas/realizadas despesas no mesmo valor, alcançando 100% de execução da ação. (Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira).

Execução Física e Financeira

FINANCEIRO				FÍSICO		
PREVISTO EM LEI (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	REALIZADO (C)	% D = (C/B)	PREVISTO (E)	REALIZADO (F)	% G = (F/E)
796.147,00	**796.147,00**	**796.147,00**	**100,00%**	**20**	**27**	**135,00%**

Transferências de recursos:

Instituição	Forma de transferência	Valor	Custeio e Capital
INPA	Termo de compromisso de gestão	R$ 327.860,00	**Custeio** = R$ 281.602,00 **Capital** = R$ 46.258,00
MPEG	Termo de compromisso de gestão	R$ 167.887,00	**Custeio** = R$ 149.745,00 **Capital** = R$ 18.142,00
CNPq	Bolsas PPBio MPEG	R$ 198.172,34	**Custeio** = R$ 198.172,34
CNPq	Apoio projeto PPBio semi-árido	R$ 24.444,00	**Capital** = R$ 24.444,00
APNE	Convênio	R$ 77.783,00	**Custeio** = R$ 77.783,00

APNE = Associação Plantas do Nordeste
CNPq = Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
INPA = Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
MPEG = Museu Paraense Emílio Goeldi

Metas físicas: Prevista: **20 –** Realizado: **27**

As metas foram atingidas em sua totalidade. Para que as coleções sejam informatizadas e estejam disponíveis para consulta on-line são necessários investimentos em infra-estrutura das coleções, nos Núcleos de Biogeoinformática e qualificação da informação taxonômica.

Produto: Coleção biológica informatizada.

4.1.4.1.3 - Ação 0756: Apoio a Redes de Inventários da Biota

4.1.4.1.3.1 – Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Apoiar a instituição de redes de inventários da biodiversidade, que deverão trabalhar com o uso de protocolos padrão que harmonizem as metodologias de trabalho e definam campos de informação essenciais.
DESCRIÇÃO: Sistematização de metodologias de trabalhos de inventário, mantendo os devidos direitos de propriedade intelectual, disseminando esse conhecimento para a sociedade e para os tomadores de decisão. Intensificação das atividades de inventário estimulando a criação de redes de pesquisa.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO: Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: Ione Egler – (61) 3317 8024 - **e-mail**: iegler@mct.gov.br

4.1.4.1.3.2 – Resultados

Na Amazônia Ocidental, a rede é coordenada pelo INPA e as áreas que contam com infra-estrutura de pesquisa (grades) instaladas com financiamento desta Ação são: Estação Ecológica de Maracá (Roraima), Parque Nacional do Viruá (Roraima), grades nas savanas de Roraima, Estação Ecológica de Cuniã (Rondônia) e grade na reserva ecológica de Uatumã (Amazonas).

Na Amazônia Oriental, a rede é coordenada pelo Museu Goeldi – MPEG e as áreas que contam com infra-estrutura de pesquisa (grades) instaladas com financiamento da ação 0756 são: FLONA de Caxiuanã (Pará), FLONA do Amapá, REBIO Gurupi (Maranhão), Parque Nacional do Juruena (Mato Grosso).

No Semi-árido os inventários biológicos são realizados em seis ecorregiões do Bioma Caatinga, a saber: Estação ecológica do Raso da Catarina, Senhor do Bonfim (Bahia), Pilão Arcado (Bahia), Buíque (Pernambuco), estação Ecológica do Seridó (Paraíba), Parque Nacional das Serras das Confusões (Piauí).

- **Resultados obtidos na ação de inventários no PPBio- INPA:**

A instalação de infra-estrutura para Inventários padronizados no estado de Rondônia está em andamento. A licitação para contratação da empresa de topografia que irá instalar a grade na ESEC Cuniã (escolhida pelo Núcleo Regional de Rondônia) foi iniciada no segundo semestre deste ano.

No segundo semestre deste ano o INPA, PPBio e o Exército brasileiro firmaram uma parceria para construção de uma grade PPBio na área do Exército em frente à cidade de São

Gabriel da Cachoeira. Os custos serão pagos com recursos do Projeto FINEP-Fronteiras e conta com apoio logístico do Exército. O local para instalação da grade foi escolhido pelo fácil acesso e o processo de licitação para contratação da empresa de topografia está em andamento. Todas as instituições locais foram visitadas e a Escola Agrotécnica Federal foi escolhida para sediar o Núcleo Regional de São Gabriel da Cachoeira.

- **Situação da ação de inventários no Museu Paraense Emilio Goeldi – MPEG:**

No segundo semestre de 2007 foram realizadas 13 excursões à Flona Caxiuanã duas expedições a grade da Flona do Amapá e duas expedições ao Parna Juruena. Nas excursões a Caxiuanã foram contemplados os protocolos de Estrutura de Vegetação, Herpetofauna, Clima, Árvores, Fungos, Mamíferos e Invertebrados Aquáticos. As expedições a Flona do Amapá foram realizadas para a implantação da grade e obtenção de dados de topografia. No Parna Juruena as duas expedições foram para reconhecimento da área e escolha do sitio, sendo que a segunda também atendeu ao plano de manejo do Parque.

Para a o protocolo de Estrutura de vegetação foram realizadas duas excursões ao plot do PPBio em Caxiuanã este semestre. As coletas de dados foram realizadas em campanhas de 18 dias de campo. Até o presente foram trabalhados 15 ha da grade e contabilizados um total de 10.059 indivíduos arbóreos e 1.276 cipós, estes em 8 ha da grade. Dentro do protocolo de Herpetofauna foram realizadas cinco expedições, totalizando este ano 7 expedições para o protocolo. O protocolo de Clima realizou duas excursões neste semestre. O protocolo de Árvores realizou uma excursão, onde foram amostradas as 30 sub-parcelas da grade. O Protocolo de Fungos realizou uma excursão no período para coleta de fungos das ordens *Aphyllophorales*, *Uredinales* e fungos hifomicetos sobre palmeiras. As coletas foram realizadas em nove parcelas e em trilhas. Foram coletados e estão em etapa de triagem 556 fungos macroscópicos (*Basidiomycetes*), 145 amostras de plantas com sintomas provavelmente causados por ferrugem (*Uredinales*) e 36 amostras de palmeiras para análise dos fungos hifomicetos. Os protocolos de Mamíferos e Invertebrados Aquáticos realizaram suas excursões (uma cada um) no início de dezembro e ainda estão triando amostras e organizando dados. Na expedição do protocolo de peixes realizada em fevereiro de 2007 foram coligidos até o presente momento 4.817 indivíduos, distribuídos em 55 espécies/morfoespécies pertencentes a seis ordens. Os indivíduos coletados ainda se encontram em processo de identificação ou revisão pelo bolsista ITI do projeto.

- **Resultados do componente de inventários no Semi-árido:**

Foram realizadas 27 expedições de coleta, dentro do planejamento das cinco áreas selecionadas para inventários na primeira etapa do projeto (Senhor do Bonfim, Raso da Catarina e Dunas do São Francisco, na Bahia; Buíque, em Pernambuco; Serra das Confusões, no Piauí; e Seridó, na divisa da Paraíba e do Rio Grande do Norte) e foram iniciados os inventários em três novas áreas (Morro do Chapéu e Serra do Ramalho, na Bahia, e Ibiapaba do Norte, no Ceará). Foram complementados os materiais indispensáveis para a coleta, incluindo, as redes para captura de aves e as armadilhas para a captura de mamíferos e lagartos.

Esta ação não sofreu restrições orçamentárias recebendo o aporte de recursos aprovados em Lei, no valor de R$ 1.358.197,00 (hum milhão, trezentos e cinqüenta e oito mil, cento e noventa e sete reais). Desse total, foram empenhadas/realizadas despesas no mesmo valor, alcançando 100% de execução da ação. (Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira).

Execução Física e Financeira

FINANCEIRO				FÍSICO		
PREVISTO EM LEI (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	REALIZADO (C)	% D = (C/B)	PREVISTO (E)	REALIZADO (F)	% G = (F/E)
1.358.197,00	**1.358.197,00**	**1.358.197,00**	**100,00%**	**3**	**3**	**100,00%**

Transferências de recursos

Instituição	Forma de transferência	Valor	Custeio e Capital
INPA	Termo de compromisso de gestão	R$ 418.793,00	**Custeio** = R$ 349.627,00 **Capital** = R$ 69.166,00
MPEG	Termo de compromisso de gestão	R$ 333.409,00	**Custeio** = R$ 295.116,00 **Capital** = R$ 38.293,00
CNPq	Bolsas PPBio MPEG	R$ 209.861,00	**Custeio** = R$ 209.861,00
CNPq	Apoio ao projeto PPBio semi-árido	R$ 15.000,00	**Custeio** = R$.15.000,00
APNE	Convênio	R$ 311.133,34	**Custeio =** R$311.133,34
UNESCO	Repasse	R$ 70.000,00	**Custeio =** R$ 70.000,00

APNE = Associação Plantas do Nordeste
CNPq = Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
INPA = Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
MPEG = Museu Paraense Emílio Goeldi
UNESCO = Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Metas físicas: Previsto**: 3 -** Realizado**: 3**

As metas físicas foram atingidas em sua totalidade. São realizadas pesquisas e inventários biológicos em três grandes regiões, a saber: Amazônia ocidental, Amazônia oriental e semi-árido. As redes de inventários instituídas pelo PPBio possuem uma padronização em sua metodologia de georeferenciamento e utilizam procedimentos padrão de pesquisa (uso de protocolos definidos pelos pesquisadores) de forma que os dados obtidos possam ser comparáveis entre si.

Produto: Pesquisa realizada

4.1.4.1.4 – Ação 0909: Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade

4.1.3.1.4.1 - Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Apoiar e intensificar atividade de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de biodiversidade, estruturando redes de laboratórios associados e de institutos de pesquisa.
DESCRIÇÃO: Instituição de "agenda unificadora" para pesquisa e desenvolvimento em biodiversidade capaz de apontar estratégias e integrar competências em diversos campos do conhecimento, estabelecendo propósitos comuns para redes de pesquisa formadas por pesquisadores de diferentes organizações.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: Ione Egler – (61) 3317 8024 - **e-mail**: iegler@mct.gov.br

4.1.3.1.4.2 - Resultados:

1. **Projeto: Aplicabilidade da Biodiversidade: Bioprospecção**
   Coordenação: Dra. Maria Cecília Nunez(INPA)

O projeto temático do PPBio teve as suas atividades de pesquisa e desenvolvimento em biodiversidade intensificadas. As redes de laboratório formadas para realizar outros ensaios biológicos foram fortalecidas, envolvendo o INPA e outras instituições brasileiras como o Instituto Butantã, FURG e UFRJ. Atualmente conta com ensaios contra tuberculose, apoptose, bactérias gram-negativas e gram-positivas, fungos dermatofíticos, além dos ensaios antioxidantes. A extratoteca conta com 293 extratos provenientes de 150 plantas. Todos já foram testados nos ensaios antioxidantes. Todos os extratos foram enviados para testes contra Mycobacterium tuberculosis e contra Artemia salina. Até o momento tem-se o resultado de 50 extratos contra M. tuberculosis sendo 4 muito promissores.

Os óleos essenciais das 133 espécies coletadas foram analisados por cromatografia gasosa/espectrometria de massas (CG/EM) em sistema Shimadzu QP-2010Plus, e cromatografia gasosa/detector de ionização de chamas (CG) em equipamentos HP-5890-II e Shimadzu-QP-2010, no laboratório de cromatografia do Museu Emílio Goeldi.

2. **Projeto: Base de dados das plantas aromáticas e frutos da Amazônia**
   Coordenação: Dr. José Guilherme Soares Maia (UFPA)

O projeto consiste no inventário das plantas aromáticas dos cerrados e campos naturais da Amazônia Oriental, no uso dos dados provenientes para a extensão e consolidação da Base de Dados das Plantas Aromáticas e Frutos da Amazônia, e na implementação de um sistema agro-industrial para *Piper aduncum*, planta da região Amazônica rica em óleos essenciais.

A base de dados das Plantas Aromáticas e dos Frutos da Amazônia está estruturada em

ambiente Windows/Access. Possui 850 entradas (espécimes). Cerca de 150 espécimes estão sendo analisados para serem inseridos na Base de Dados.

A nova estrutura em ambiente SQL, que foi instalada e está rodando normalmente. A migração dos dados da base anterior (em *Windows/Access*) foi realizado com sucesso. A inserção de dados dos espécimes de Piper, já foi iniciada.

3. Projeto: Identificação e mapeamento dos parentes silvestres de arroz (*Oryza sativa*), mandioca (*Manihot esculenta*) e de cajueiro (*Anacardium occidentale*)
Coordenação: Dra. Ima Célia Guimarães Vieira (MPEG)

O projeto consiste na coleta e conservação *ex situ* de espécies silvestres, raças, ecótipos e variedades tradicionais de arroz, mandioca e caju do Brasil, com os objetivos de identificar, caracterizar e diagnosticar as condições de conservação *in situ* e *ex situ* dos parentes silvestres destas espécies e de disponibilizar o material coletado para programas de melhoramento.

Os itens Visitas a Banco de Germoplasma e Levantamento Bibliográfico foram contemplados nas datas de 22 de agosto a 30 de setembro, com o custeio de viagem do parataxonomista João Batista da Silva, colaborador do projeto, para a realização da expedição em Manaus e outros locais do Estado do Amazonas para obtenção de dados de ocorrência e coleta de material botânico nas Reservas de Pesquisa do INPA e outras coletas em outros locais do Estado do Amazonas.

Os dados obtidos e as coletas realizadas foram acrescentadas as coleções botânicas do Herbário do MPEG para o enriquecimento deste e melhoria nas atividades de pesquisas e para aprimorar as identificações botânicas através das amostras diversificadas de exsicatas.

Em relação à análise filogenética, os gastos efetuados foram para envio das amostras de plantas coletadas e encaminhadas para o departamento genético da ESALQ, as quais vão ser destinadas a isolamento de DNA e seqüenciamento.

4. Projeto: Projeto-piloto para o cultivo e a destilação de plantas aromáticas da Amazônia para a obtenção de óleos essenciais
Coordenação: Dr. Joaquim de Carvalho Bayma (UFPA)

O projeto consiste na investigação em escala piloto das condições de cultivo e os parâmetros físico-químicos da destilação por arreste a vapor de duas plantas aromáticas, priprioca e estoraque, visando determinar as condições ótimas para a exploração comercial destas espécies.

As condições para o cultivo do estoraque (*Ocimum micranthum*) estão definidas, bem como os parâmetros físico-quimicos para a destilação, visando a obtenção do óleo essencial, faltando apenas concluir a meta 2/etapa 4.

O dispositivo para destilação do óleo essencial de priprioca está operacional.

Já foram identificadas duas substâncias, uma de cada óleo essencial, para o controle de qualidade: (E) – cinamato de metila e mustacona, respectivamente para o estoraque e priprioca.

5. Projeto: Projeto de Pesquisa em Biodiversidade do Semi-Árido – Componente Projetos Temáticos

Esse componente propõe a caracterização nos níveis organísmicos e molecular de plantas, fungos e animais do semi-árido selecionadas com ênfase naquelas endêmicas, ameaçadas de

extinção e potencial de utilização pela sociedade da região. Com este objetivo são realizados estudos de filogenia molecular e variabilidade genética, investigação química de espécies de plantas aromáticas e determinação da atividade biológica de seus óleos voláteis, de biologia reprodutiva de comunidades de plantas e animais, e de bioquímica e atividade biológica de fungos macroscópicos da região do semi-árido.

São apoiados projetos nas seguintes áreas: Filogenia e variabilidade genética de plantas com potencial ornamental e forrageiro, fitoquímica, sistemática de fungos e biologia reprodutiva.

No exercício de 2007, foram disponibilizados no âmbito dessa ação dotação orçamentária no valor de R$ 754.550,00 (setecentos e cinqüenta e quatro mil, quinhentos e cinqüenta reais). Desse total, foram empenhadas despesas no valor de R$ 754.550,00 (setecentos e cinqüenta e quatro mil, quinhentos e cinqüenta reais), correspondente a 100,00% dessa dotação, liquidadas despesas no valor de R$ 718.464,00 (setecentos e dezoito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), correspondente à 95,22% dessa mesma dotação e efetuados pagamentos no valor de R$ 589.951,00 (quinhentos e oitenta e nove mil, novecentos e cinqüenta e um reais), correspondente a 78,19% da ação. Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira .

Esta ação não sofreu restrições orçamentárias recebendo o aporte de recursos aprovados em Lei, no valor de R$ 754.550,00 (setecentos e cinqüenta e quatro mil, quinhentos e cinqüenta reais). Desse total, foram empenhadas/realizadas despesas no valor de R$ $ 718.464,00 (setecentos e dezoito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), correspondente à 95,22% de execução da ação. (Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira).

Execução Física e Financeira

FINANCEIRO				FÍSICO		
PREVISTO EM LEI (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	REALIZADO (C)	% D = (C/B)	PREVISTO (E)	REALIZADO (F)	% G = (F/E)
754.550,00	**754.550,00**	**718.464,00**	**95,22%**	**4**	**5**	**125,00%**

Transferências de recursos:

Instituição	Forma de transferência	Valor	Custeio e Capital
INPA	Termo de compromisso de gestão	R$ 54.884,12	**Custeio** = R$ 54.884,12
MPEG	Termo de compromisso de gestão	R$ 124.100,00	**Custeio** = R$ 124.100,00
CNPq	Apoio ao projeto de José Maia	R$ 168.346,18	**Custeio** = R$ 168.346,18
CNPq	Apoio ao projeto PPBio semi-árido	R$ 164.837,00	**Custeio** = R$ 88.508,00 **Capital** = R$ 76.329,00
APNE	Convênio	R$ 77.783,33	**Custeio** = R$ 77.783,33
UFPA	Convênio	R$ 36.050,00	**Custeio** = R$ 36.050,00
FAPES	Convênio	R$ 128.513,37	**Custeio** = R$ 128.513,37

APNE = Associação Plantas do Nordeste
CNPq = Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAPES = Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
INPA = Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
MPEG = Museu Paraense Emílio Goeldi

UFPA = Universidade Federal do Pará

Metas físicas: Previsto**: 4 –** Realizado: **5**

As metas físicas foram atingidas em sua totalidade. A ação 0909 apoiou 5 projetos em 2007, superando inclusive a meta proposta (4 projetos apoiados).

Produto: Projeto apoiado

4.1.4.1.5 – Ação 6739: Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade

4.1.4.1.5.1 - Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Definir projetos e ações de desenvolvimento científico e de cooperação e transferência de tecnologia em biodiversidade decorrentes de compromissos assumidos pelo País na implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) e seus protocolos específicos da área de ciência e tecnologia.
DESCRIÇÃO: A CBD demanda ações de Ciência e Tecnologia na implementação dos programas temáticos, além da implantação de dois programas de trabalho transversais, recém instituídos, que são afetos à Política Nacional de Ciência e Tecnologia: o programa de Iniciativa Global em Taxonomia e o programa de Cooperação e Transferência de Tecnologia. A implementação desses programas, de protocolos específicos, e o atendimento das demandas de Ciência e Tecnologia pelos programas temáticos requerem: (1) a realização de estudos; (2) a organização de seminários e reuniões técnicas com especialistas e pesquisadores voltados ao planejamento de ações e à ampliação de parcerias para consecução de projetos; (3) a elaboração de propostas de projetos - inclusive para captação de recursos internacionais de doação no *Global Environment Facility* (GEF), que é o fundo de apoio à implementação da CBD; e (4) o apoio à participação de especialistas em reuniões e fóruns internacionais.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: Ione Egler – (61) 3317 8024 - **e-mail**: iegler@mct.gov.br

4.1.4.1.5.2 - Resultados:

Com recursos dessa ação foram realizadas duas reuniões em 2007 para articular as sociedades científicas afetas à área de Zoologia e estabelecer as bases dessas sociedades permitindo uma atuação mais articulada na definição de políticas científicas e ambientais brasileiras.

Também auxiliamos com passagens e diárias o Ministério do Meio Ambiente na organização de uma consulta nacional com a comunidade científica brasileira para aumentar sua a participação na Convenção sobre Diversidade Biológica. O evento se propôs a fomentar uma discussão, em nível nacional, no sentido de estreitar as relações entre os poder público, tomadores de decisão, e o setor científico. Essa reunião teve como objetivo criar um mecanismo para se obter aconselhamento do segmento de pesquisa com vista a elaboração de posições brasileiras relativas à tomadas de decisões políticas em relação ao tema diversidade biológica e, portanto, com vista também a prestar assessoramento científico à Convenção de Diversidade Biológica – CDB.

Recursos dessa ação serão utilizados para o lançamento do Guia de Lagartos da Reserva Ducke, em parceria com o INPA.
Foram pagas diárias para que a Dra. Maria José Sampaio pudesse participar da reunião do grupo de peritos de Transferência de tecnologia da CDB, tendo em vista que ela foi a única brasileira convidada para o encontro e o tema ser de grande interesse para o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Esta ação não sofreu restrições orçamentárias recebendo o aporte de recursos aprovados em Lei, no valor de R$ 83.845,00 (oitenta e três mil, oitocentos e quarenta e cinco reais). Desse total, foram empenhadas/realizadas despesas no mesmo valor, alcançando 100% de execução da ação. (Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira).

Execução Física e Financeira

FINANCEIRO				FÍSICO		
PREVISTO EM LEI (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	REALIZADO (C)	% D = (C/B)	PREVISTO (E)	REALIZADO (F)	% G = (F/E)
83.845,00	**83.845,00**	**83.845,00**	**100,00**	**3**	**3**	**100,00**

Metas físicas: Previsto**: 3 –** Realizado: **3**

As metas físicas foram atingidas na sua totalidade. Foram realizados três projetos: reuniões de articulação das sociedades científicas afetas à zoologia, participação na reunião de peritos sobre transferência de tecnologia da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica e consulta nacional com a comunidade científica brasileira para aumentar sua a participação na Convenção sobre Diversidade Biológica

Produto: Projeto desenvolvido

4.1.4.1.6 – Ação 4951: Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal

4.1.4.1.6.1 - Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Consolidar redes horizontais não competitivas, aproveitando as vantagens comparativas das instituições de pesquisa e ensino da região do Pantanal, visando otimizar a geração e difusão de novos conhecimentos e tecnologias e a formação de recursos humanos.
DESCRIÇÃO: O Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) estrutura-se estrategicamente em uma rede de pesquisa compostas por grupos de pesquisas das instituições comprometidas com as pesquisas do bioma pantaneiro. Inicialmente, a rede contempla três áreas temáticas de pesquisa focadas na sustentabilidade de atividades econômicas em ecossistemas pantaneiros: a pecuária, a pesca e alternativas econômicas baseadas nas propriedades das plantas medicinais. Envolve ainda a realização de cursos de capacitação para pesquisadores e estudantes, excursões para coletas de campo e trabalhos de laboratórioe popularização do conhecimento para o público-alvo por meio de palestras, cartilhas, seminários e outros. As pesquisas realizadas pelo CPP e que envolverem aspectos da biodiversidade, estarão em consonância com a Política Nacional de Biodiversidade, devendo também considerar o disposto na Convenção da Biodiversidade, especificamente no que tange ao conhecimento tradicional associado e à repartição justa e equitativa dos benefícios adquiridos.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: Maria Luiz Braz Alves – (61) 3317 8111 - **e-mail**: mluiza@mct.gov.br

4.1.4.1.6.2 - Resultados:

A expansão da Rede vem sendo realizada à medida que demandas em novas áreas temáticas são identificadas e estruturadas. A premissa dessa estratégia baseia-se na coexistência do homem pantaneiro com esse ecossistema, há mais de duzentos anos, sem prejudicar a sua sustentabilidade. As pesquisas desenvolvidas numa determinada área devem permear os demais componentes da Rede, de forma a viabilizar soluções compartilhadas dos problemas, fortalecendo a geração de conhecimentos/métodos multidisciplinares. A transversalidade fornece uma oportunidade de consolidação de ações interdisciplinares e interinstitucionais dentro da Rede CPP. Os avanços da Rede CPP, em 2007, podem ser avaliados tanto pela sua produção intelectual, que reflete a sua contribuição na construção nacional e regional da ciência e tecnologia, quanto pela formação de recursos humanos que representam o mais importante capital de desenvolvimento para o Pantanal. As 3 Redes de Pesquisa participaram de 140 eventos científicos, publicaram 64 artigos em revistas científicas, anais, livros ou capítulos de livros, além de produzirem 28 encartes ou *folders* para distribuição na comunidade pantaneira. No tocante à capacitação de recursos humanos, o CPP possui, entre os diversos projetos em desenvolvimento, 18 doutorandos, 82 mestrandos e 118 alunos de iniciação científica, gerando o

total de 2 teses de doutorado, 24 dissertações de mestrados e 45 monografias de conclusão de curso defendidas neste exercício. Além disso, em 2007 foi acrescida às atividades previstas no Termo de Parceria em vigor o gerenciamento do Subprojeto "Montagem da Rede de Pesquisas COMCERRADO", incluído no Plano de Trabalho com o objetivo de propor modelo de banco de dados sobre o Cerrado e dar apoio logístico para realização de oficinas de trabalho com os diversos atores envolvidos no projeto. As Redes têm apresentado resultados relevantes, conforme demonstrado no Relatório de Atividades do 1º Semestre de 2007, superando as metas estabelecidas para a formação de recursos humanos. Paralelamente, buscando a integração entre as comunidades científica e pantaneira, as Redes promoveram, no período, os eventos "Oficina Diálogo Pescador – Pesquisador": Buscando Soluções para a Pesca Pantaneira" e "Oficina Diálogo Pecuaristas – Cientistas: Buscando Soluções para a Pecuária Pantaneira"

Cabe, ainda, mencionar que um dos principais motivos da existência do CPP é subsidiar as políticas públicas voltadas ao uso sustentável do Pantanal. Em apenas dois anos de existência, o CPP influenciou a redação do Projeto de Lei 024/06, de Mato Grosso do Sul, sobre a pesca. Em seguida, o Projeto de Lei Políticas Públicas para o Pantanal, do Governo de Mato Grosso, integrou uma boa parte das recomendações do *Workshop*

Esta ação não sofreu restrições orçamentárias recebendo o aporte de recursos aprovados em Lei, no valor de R$ 776.404,00 (setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e quatro reais). Desse total, foram empenhadas/realizadas despesas no mesmo valor, alcançando 100% de execução da ação. (Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira).

Execução Física e Financeira

FINANCEIRO				**FÍSICO**		
PREVISTO EM LEI (A)	**LIMITE DE EMPENHO (B)**	**REALIZADO (C)**	**% D = (C/B)**	**PREVISTO (E)**	**REALIZADO (F)**	**% G = (F/E)**
776.404,00	**776.404,00**	**776.404,00**	**100,00**	**3**	**3**	**100,00**

Metas físicas: Previsto**: 3 –** Realizado: **3**

Produto: Pesquisa realizada.

4.1.4.1.7 – Ação 6255: Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental - GEOMA

4.1.4.1.7.1 - Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Aprimorar métodos para uso da tecnologia de geoprocessamento em aplicações ligadas a instrumentos de gestão ambiental, visando a sua transferência para outras instituições interessadas.
DESCRIÇÃO: Esta ação prevê a Consolidação da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia - GEOMA e sua expansão para outros biomas. A integração dos grupos de trabalho para a formação de rede é sustentado pelo modelo de gestão adotado e também por algumas atividades comuns.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: Maria Luiz Braz Alves – (61) 3317 8111 - **e-mail**: mluiza@mct.gov.br

4.1.4.1.7.2 - Resultados:

A Rede Geoma é a primeira Rede de Pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) que integra 6 unidades de pesquisa da sua estrutura , sendo três sediadas na Região Norte (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia- INPA/AM, Museu Paraense Emilio Goeldi – MPEG/PA e Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM/AM) e três no Sudeste (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA e Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC). O Geoma está estruturado em seis áreas temáticas (Modelagem de Mudanças de Uso e Cobertura da Terra e da Dinâmica Populacional e Ocupação Humana; Modelagem de Ecossistemas Inundáveis; Modelagem de Biodiversidade; Modelos Integrados, Simuladores Ambientais e Bancos de Dados Geográficos; Física Ambiental; Modelagem Climática) e tem sido importante às ações do Governo Federal na área socioambiental que necessitam de informações produzidas por diagnósticos e respectivos cenários de impacto em vários campos do conhecimento científico. As áreas de atuação da Rede enfocaram, na primeira fase, prioritariamente, a elaboração de diagnósticos e modelos estrategicamente definidos como estudos de caso pelo MCT. Como destaque, foram elaborados diagnósticos detalhados ligados: 1) à mudança do padrão de uso da terra em áreas de conflitos ou de grande impacto de desflorestamento; 2) à avaliação da atual política de prioridades de implementação de áreas protegidas do MMA (Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA); 3) à estimativa de impactos sobre o asfaltamento da Rodovia BR-163; 4) à produção de modelos, em diversas escalas temporais e espaciais, sobre os distintos processos de desenvolvimento regional, incluindo áreas suscetíveis à rápida conversão, num futuro próximo, das paisagens naturais em áreas agrícolas. Este último trabalho resultou num mapeamento de 'hot spots' de desmatamento que serve como importante balizador das análises de risco de perdas de extensas áreas de floresta primária. As pesquisas desenvolvidas pela Rede

Geoma têm subsidiado a elaboração de políticas públicas em base científica robusta, fornecendo informações importantes ao Subgrupo de Ordenamento Fundiário e Territorial do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. No período de 29 a 31 de outubro/2007, no Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), Petrópolis – RJ, foi realizado o I Simpósio do Geoma que marcou o encerramento da 1ª Fase de coordenação da Rede e teve por objetivos ampliar a divulgação dos resultados, criar oportunidades para a integração e o diálogo e obter subsídios para a nova agenda científica. Participaram do evento cerca de 100 pessoas, entre pesquisadores, bolsistas, representantes do Governo Federal e um jornalista do Estado de São Paulo. Na oportunidade, foi empossado o novo Coordenador Executivo da Rede GEOMA.

Esta ação não sofreu restrições orçamentárias recebendo o aporte de recursos aprovados em Lei, no valor de R$ 297,700,00 (duzentos e noventa e sete mil e setecentos reais). Desse total, foram empenhadas/realizadas despesas no mesmo valor de R$ 270.738,00 (duzentos e setenta mil, setecentos e trinta e trinta e oito reais), alcançando 90,94% de execução da ação. (Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira).

Execução Física e Financeira

FINANCEIRO				**FÍSICO**		
PREVISTO EM LEI (A)	**LIMITE DE EMPENHO (B)**	**REALIZADO (C)**	**% D = (C/B)**	**PREVISTO (E)**	**REALIZADO (F)**	**% G = (F/E)**
297,700,00	**297,700,00**	**270,738,00**	**90,94**	**2**	**2**	**100,00**

Metas físicas: Previsto**: 2 –** Realizado: **2**

Produto: Pesquisa realizada

4.1.4.1.8 – Ação 6717: Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros

4.1.4.1.8.1 - Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Realizar pesquisas estratégicas para o desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros mediante a consolidação de redes horizontais não competitivas, aproveitando as vantagens comparativas das instituições de pesquisa e ensino dos diferentes biomas brasileiros, otimizando a geração e difusão de novos conhecimentos e tecnologias e a formação de recursos humanos.
DESCRIÇÃO: A ação busca dar apoio direto a novos projetos considerados estratégicos para o governo, em seus diferentes níveis, e a sociedade. Será preferencialmente apoiada a estruturação de redes temáticas não competitivas, para os diversos biomas brasileiros, com parceiros governamentais e não governamentais podendo ocorrer em nível federal, estadual e municipal, com entidades do terceiro setor e empresas privadas.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: Maria Luiz Braz Alves – (61) 3317 8111 - **e-mail**: mluiza@mct.gov.br

4.1.4.1.8.2 - Resultados:

Essa ação apoiou a estruturação da Rede de Pesquisas COMCERRADO, por meio de aditivo ao Termo de Parceria mantido com o Centro de Pesquisa do Pantanal – CPP, aproveitando a experiência do CPP no desenvolvimento de redes de pesquisa, com o objetivo de propor modelo de banco de dados sobre o Cerrado e dar apoio logístico para realização de oficinas de trabalhos com os diversos atores envolvidos no projeto.

Esta ação não sofreu restrições orçamentárias recebendo o aporte de recursos aprovados em Lei, no valor de R$ 250.768,00 (duzentos e cinqüenta mil, setecentos e sessenta e oito reais). Desse total, foram empenhadas/realizadas despesas no mesmo valor, alcançando 100% de execução da ação. (Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira).

Execução Física e Financeira

FINANCEIRO				FÍSICO		
PREVISTO EM LEI (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	REALIZADO (C)	% D = (C/B)	PREVISTO (E)	REALIZADO (F)	% G = (F/E)
250.768,00	**250.768,00**	**250.768,00**	**100,00**	**1**	**1**	**100,00**

Metas físicas: Previsto: **2 –** Realizado: **2**

Produto: Pesquisa realizada

4.1.4.1.9 – Ação 6258: Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais

4.1.4.1.9.1 - Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Promover e disseminar, de forma coordenada, pesquisas científicas e tecnológicas em áreas relevantes do conhecimento, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.
DESCRIÇÃO: A Fase II do SPC&T/PPG7, cujo Acordo de Doação RFT N.º TF054957 e USAID N.º TF054958 foi assinado em 5 de agosto/2005, envolve recursos da ordem de US$ 6,553,553.00, sendo US$ 5,100,000.00 provenientes da USAID, US$ 700,000 do *Rain Forest Trust Fund (RFT*) e US$ 753,553.00 do governo brasileiro. Para alcançar seu objetivo, a ação apoiará: i) a pesquisa científica e tecnológica em temas estratégicos para a região amazônica e o fortalecimento da capacidade regional de pesquisa; ii) a seleção e o uso de métodos inovadores que facilitem a divulgação e aplicação do conhecimento científico e tecnológico para a conservação e o desenvolvimento sustentável orientados aos beneficiários do Programa Piloto e usuários finais; iii) o desenvolvimento e utilização de um sistema efetivo para gerenciar a ação e coordenar as redes, as sub-redes e os projetos de pesquisa, incluindo um sistema apropriado de monitoramento e avaliação dos seus resultados, desempenho e impactos. Com essa finalidade, buscar-se-à reforçar, integrar e consolidar os grupos de pesquisa emergentes na região amazônica e reforçar as capacidades do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq para promover pesquisas, fixar recursos humanos e integrar iniciativas nessa região respectivamente.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO: Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: Cláudia Morosi Czarneski - (61) 3317.7401 - 33178071 - **e-mail**: cmorosi@mct.gov.br

4.1.4.1.9.2 - Resultados:

No exercício de 2007, a segunda Missão do Banco Mundial, realizada em Brasília no período de 29 de janeiro a 2 de fevereiro/2007, teve como objetivo avaliar o desempenho da Fase II do SPC&T/PPG7, o qual foi considerado satisfatório, incluindo a excelente atuação da equipe UCG/UCE. Posteriormente, foi realizada a Missão de Supervisão em Gerenciamento Financeiro do SPC&T Fase II, em duas etapas, sendo que a primeira foi coordenada pela Sra. Susana Amaral, do Banco Mundial, que avaliou os aspectos descritos no PAD – *Project Appraisal Document* - relativos a: a) pessoal; b) fluxo de fundos; c) controle interno; d) auditoria externa; e) relatórios de gerenciamento financeiro - FMRs; f) sistema de gerenciamento financeiro, g) desembolsos. O Banco concluiu que os relatórios de prestação de contas utilizados pelos coordenadores de pesquisa, conforme modelo do CNPq, referentes à execução financeira dos recursos, mostraram-se adequados. Em 27 de abril de 2007, foi lançado o Edital MCT/CNPq/PPG7 nº 03/2007, de caráter inovador, sobretudo por concorrerem divulgadores

científicos com propostas articuladas com os cientistas. Como resultado, foram aprovadas 8 propostas de divulgação científica, sendo quatro do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, uma da Universidade Federal do Pará - UFPA, uma do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, uma da Embrapa Amazônia Oriental e uma da Embrapa Rondônia. Vale destacar que o conjunto das oito propostas aprovadas contemplou os três temas de pesquisa previstos no Edital. Assim, pode-se concluir pelo bom desempenho da Fase II do SPC&T/PPG7 no exercício de 2007.

A disparidade ocorrida entre os montantes estabelecido na LOA e efetivamente empenhado deve-se ao fato de que o valor de lei foi determinado no momento da assinatura do Acordo de Doação, em 2005, pela paridade dólar-real na ordem de US$ 1.00 = R$ 3,00, compreendendo o montante a ser executado durante o prazo do Projeto, até 2008, e distribuído ano a ano. Com a defasagem cambial ocorrida no período (em 2007 US$1.00 = R$ 1,80) houve uma perda em reais, estando o valor disponível defasado para execução.

Esta ação não sofreu restrições orçamentárias recebendo o aporte de recursos aprovados em Lei, através de duas fontes de recursos (FR 0100 e 195), no valor de R$ 6.106.860,00 (seis milhões, cento e seis mil, oitocentos e sessenta reais). Desse total, foram empenhadas/realizadas despesas no valor de R$ 2.508.167,00 (dois milhões, quinhentos e oito mil, cento e sessenta e sete reais), alcançando 41,07%, de execução da ação. (Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira).

Execução Física e Financeira

	FINANCEIRO				FÍSICO		
	PREVISTO EM LEI (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	REALIZADO (C)	% D = (C/B)	PREVISTO (E)	REALIZADO (F)	% G = (F/E)
Total Geral	**6.106.860,00**	**6.106.860,00**	**2.508.167,00**	**41,07%**	**3**	**52**	**1.733,33**
Fonte 100	**214.354,00**	**214.354,00**	**201.167,00**	**93,85**			
Fonte 195	**5.862.506,00**	**5.862.506,00**	**2.307.000,00**	**39,15**			

Para um melhor entendimento apresentaremos a seguir a execução dessa Ação aberta por fontes de recursos (0100 e 0195):

- **Fonte 100**: No exercício de 2007, foram disponibilizados na fonte de recursos 0100, dessa ação, dotação orçamentária no valor de R$ 214.354,00 (duzentos e quatorze mil, trezentos e cinqüenta e quatro reais). Desse total, foram empenhadas/realizadas despesas no valor de R$ 201.167,00 (duzentos e um mil, cento e sessenta e sete reais), correspondente a 93,85%, de execução da ação. (Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira).

- **Fonte 195**: No exercício de 2007, foram disponibilizados na fonte de recursos 195, dessa ação, dotação orçamentária R$ 5.892.506,00 (cinco milhões, oitocentos e noventa e dois mil, quinhentos e seis reais). Desse total, foram empenhadas/realizadas despesas no valor de R$ 2.307.000,00 (dois milhões, trezentos e sete mil reais) correspondendo a 39,15% de execução da ação. Vide. Demonstrativos de Execução Física/Financeiras.

  Como podemos observar, a execução da fonte de recursos 195, da ação 6258, ficou aquém da dotação estabelecida na LOA. No item que trata dos resultados, encontra-se a justificativa para essa baixa execução.

Metas físicas: Previsto**: 3 –** Realizado**: 52**

Produto: Projeto desenvolvido

4.1.4.1.10 – Ação 7682: Implantação da Rede de Meteorologia e Clima

4.1.4.1.10.1 - Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Organizar o Sistema de Meteorologia, criando uma instância de articulação e gerenciamento dos múltiplos agentes envolvidos para assegurar a disponibilização e o uso dos dados de previsão de clima, tempo e da evolução hidrológica, em benefício dos usuários.
DESCRIÇÃO: Provisão dos meios necessários para criar uma instância de articulação e gerenciamento dos múltiplos agentes envolvidos para assegurar a disponibilização e o uso dos dados de previsão de clima, tempo e da evolução hidrológica, em benefício dos usuários do setor e da melhoria das condições de vida do cidadão.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO: Coordenação Geral de de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: Darly Henriques da Silva - 3317 7426 - **e-mail**: darly@mct.gov.br

4.1.4.1.10.2 - Resultados:

Renovação de 12 bolsas DTI e mais uma para Tocantins, para membros dos Centros Estaduais de Meteorologia, aquisição e montagem de 5 “clusters” de computadores para 5 Centros Estaduais (Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina e Amapá), com a realização de treinamento para utilização nas máquinas na UFRJ custeados no âmbito do Projeto Sistemas Numéricos de Previsão de Tempo e Clima para um representante da cada um dos centros apoiados, e em parceria com o CNPq que recebe do MCT e repassa os recursos à Sociedade Brasileira de Meteorologia, sendo os recursos financeiros totais da Ação 7686.

Realização do curso de atualização científica “Meteorologia Sinótica Teórica e Aplicada” na UFRJ e com apoio da SBMET para 25 inscritos tendo como público alvo os membros dos Centros Estaduais de Meteorologia e usuários. O número de inscritos ultrapassou em muito o número de máquinas disponibilizadas pela UFRJ (só 25) para a parte prática, e lamentamos não ter podido apoiar usuários da Infraero, Marinha, etc que se interessaram pelo curso e se inscreveram.

Esta ação não sofreu restrições orçamentárias recebendo o aporte de recursos aprovados em Lei, no valor de R$ 426.536,00 (quatrocentos e vinte e seis mil, quinhentos e trinta e seis reais). Desse total, foram empenhadas/realizadas despesas no mesmo valor de R$ 425.920,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil, novecentos e vinte reais) correspondente à 99,86 %, de execução da ação. Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira

Execução Física e Financeira

FINANCEIRO				FÍSICO		
PREVISTO EM LEI (A)	**LIMITE DE EMPENHO (B)**	**REALIZADO (C)**	**% D = (C/B)**	**PREVISTO (E)**	**REALIZADO (F)**	**% G = (F/E)**
426.536,00	426.536,00	425.920,00	**99,86**	**3**	**3**	**100,00**

Metas Orçamentária e Financeira

Metas físicas: Previsto**: 3 –** Realizado**: 3**

As metas físicas foram atingidas na medida em que foram gastos praticamente 100% dos recursos da Ação para 2007 visando o fortalecimento das redes dos centros estaduais de meteorologia.

Produto: Rede implementada

4.1.4.1.11 – Ação 3E62: Desenvolvimento da Meteorologia

4.1.4.1.11.1 – Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Dar condições para o contínuo desenvolvimento da Meteorologia Nacional para previsão de clima, tempo e da evolução hidrológica, aumentando o índice de acertos de previsões, com o propósito de efetivar os benefícios da Meteorologia para os usuários do setor. Facilitar, através de fortalecimento das redes de meteorologia, o acesso dos usuários às bases de dados e às informações de meteorologia geradas no território nacional.
DESCRIÇÃO: Complementar a Rede Básica Nacional de Observações Meteorológicas, adequando os laboratórios de instrumentação e introduzindo novas e modernas tecnologias observacionais, facilitando a recuperação e alimentação de bancos de dados meteorológicos e climatológicos. Facilitar as comunicações e intercâmbios de dados e produtos relativos à área, assim como migrar códigos de transmissão e intercâmbio de dados para novos padrões internacionais. Disponibilizar dados de previsão de clima, tempo e da evolução hidrológica para o usuário final, visando uma melhor condição social.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO: Coordenação Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: Darly Henriques da Silva - 3317 7426 - **e-mail**: darly@mct.gov.br

4.1.4.1.11..2 - Resultados:

Os recursos do PPI Desenvolvimento da Meteorologia Nacional, incluído no PAC em 2007, possibilitou ao CPETC/INPE e INMET em 2007 avançar na modernização dos equipamentos obsoletos que não mais correspondia à demanda da sociedade e da economia por dados e informações em Meteorologia e na aquisição de outros itens de importância para as redes de monitoramento do tempo e clima (rede sinótica). Reduziram drasticamente a vulnerabilidade dos 2 institutos federais com relação a panes dos sistemas que poderiam comprometer a previsão de tempo, tanto regional quanto nacional e de fornecimento de dados para órgãos internacionais que cooperam com o Brasil em Meteorologia.

Esta ação não sofreu restrições orçamentárias recebendo o aporte de recursos aprovados em Lei, no valor de R$ 8.543.342,00 (oito milhões, quinhentos e quarenta e três mil, trezentos e quarenta e dois reais). Desse total, foram empenhadas/realizadas despesas no mesmo valor de R$ 6.958.838,00 (seis milhões, novecentos e cinquenta e oito reais, oitocentos e trinta e oito reais), correspondente à 81,45%, de execução da ação. Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira.

Execução Física e Financeira

FINANCEIRO				FÍSICO		
PREVISTO EM LEI (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	REALIZADO (C)	% D = (C/B)	PREVISTO (E)	REALIZADO (F)	% G = (F/E)
8.543.342,00	**8.543.342,00**	**6.958.838,00**	**81,45**	**31**	**31**	**100,00**

Metas físicas: Previsto**: 31 –** Realizado**: 31**

Todos os equipamentos previstos nos Planos de Trabalho apresentados pelo CPTEC/INPE e INMET/MAPA à SEPED foram adquiridos. O processo de licitação internacional é demorado. Conforme relatório encaminhado pelo CPTEC e INMET, falta apenas a entrega do alguns equipamentos para o efetivo pagamento, o que explica a diferença da tabela.

Como os recursos do projeto referem-se ao PPI/PAC – 2005-2007, as metas físicas e os recursos financeiros foram distribuídas por 3 anos, uma vez que foram adquiridos diversos e diferentes equipamentos (itens de capital). Com o recuo do valor do dólar frente ao real neste período, e como uma parte importante dos itens adquiridos em moeda americana com variação na cotação a menor, uma pequena parte do recurso financeiro, aproximadamente 20 mil reais, não foi utilizado (diferença entre o valor na licitação internacional e do efetivo pagamento com valor do dólar, conforme a cotação do dólar e o dia do pagamento).

Produto: Projeto desenvolvido

4.1.4.1.12 – Ação 6751: Pesquisa e Desenvolvimento sobre Mudança Global do Clima

4.1.4.1.12.1 - Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Induzir pesquisa e desenvolvimento de ações visando obter informações (inexistentes atualmente) para subsidiar as negociações internacionais na área de mudança global do clima.
DESCRIÇÃO: Desenvolvimento de pesquisas e estudos no sentido de desenvolver informações sobre fatores de emissão e níveis de atividades dos setores para aperfeiçoar a elaboração do inventário brasileiro de emissões de gases de efeito estufa; Desenvolvimento de pesquisas e estudos em áreas de tecnologia que visem a mitigação das emissões de gases de efeito estufa ou monitoramento dessas emissões; Pesquisas para desenvolvimento de parâmetro para modelos de circulação geral com acoplamento da atmosfera e oceanos.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO: Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: José Domingos Gonzales Miguez - (61)3317-7923 - **e-mail**: miguez@mct.gov.br

4.1.4.1.12.2 - Resultados:

- Apresentação do relatório parcial do projeto "Respostas Fisiológicas de Plantas às Mudanças Climáticas Globais" que prevê a montagem de um banco de dados com informações estratégicas sobre os mecanismos de respostas ecofisiológicas, fisiológicas e bioquímicas de um grupo de plantas da Mata Atlântica e do Cerrado, quando submetidas a efeitos decorrentes das mudanças climáticas globais. Para tanto, serão realizados experimentos em que plantas serão cultivadas em câmaras especiais com alta concentração de gás carbônico;
- Criação de um sítio específico com os dados e resultados do projeto "Respostas Fisiológicas de Plantas às Mudanças Climáticas Globais";
- Celebração de parceria, no âmbito do projeto BRA/05/G31, entre o MCT, o Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE/CPTEC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para desenvolvimento do projeto referente à modelagem regional de mudança do clima;
- Apresentação de relatórios parciais referentes ao convênio celebrado entre o MCT e a FUNCATE para construção de banco de dados geográfico para o ano de 1994, visando à estimativa das emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao setor Uso da Terra, Mudanças no Uso da Terra e Florestas no período de 1994-2000. A liberação dos recursos desse convênio previsto para 2007, cujo empenho já foi realizado, deverá ocorrer em dezembro de 2007, conforme previsto no plano de trabalho acordado.

Implementação:

Uma das principais atividades implementadas no âmbito dessa ação em 2007 refere-se ao desenvolvimento de um projeto com a FUNDEPAG e USP para montagem de um banco de dados com informações estratégicas sobre os mecanismos de respostas ecofisiológicas, fisiológicas e bioquímicas de um grupo de plantas da Mata Atlântica e do Cerrado, quando submetidas a efeitos decorrentes das mudanças climáticas globais. Em 2007 foram apresentados produtos parciais dessa parceria, bem como ampliado o escopo da mesma, especialmente, no que se refere às quantidades e tipos de plantas pesquisadas.

Também está em desenvolvimento, no âmbito dessa ação e da ação 6126, o convênio entre o MCT e a FUNCATE para construção de banco de dados geográfico para o ano de 1994, visando à estimativa das emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao setor Uso da Terra, Mudanças no Uso da Terra e Florestas no período de 1994-2000.

Além disso, foi iniciado no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31 um trabalho de modelagem regional de mudança do clima por meio do qual reduções em escala de modelos de circulação global serão realizadas, bem como estudos sobre vulnerabilidade e adaptação à mudança do clima, com ênfase no setor de saúde; no setor energético; nos recursos hídricos, enchentes e desertificação; no setor agropecuário; no manejo de zonas costeiras; e biodiversidade. Esse trabalho, a princípio, não contará com recursos da ação 6751 pois seu financiamento é integral pelo *GEF - Global Environment Facility*. Contudo, seus resultados e objetivos estão previstos no escopo da referida ação.

Esta ação não sofreu restrições orçamentárias recebendo o aporte de recursos aprovados em Lei, no valor de R$ 171.984,00 (cento e setenta e um mil, novecentos e oitenta e quatro reais Desse total, foram empenhadas/realizadas despesas no mesmo valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) correspondente à 98,85% de execução da ação. Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira.

Execução Física e Financeira

FINANCEIRO				FÍSICO		
PREVISTO EM LEI (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	REALIZADO (C)	% D = (C/B)	PREVISTO (E)	REALIZADO (F)	% G = (F/E)
171.984,00	171.984,00	170.000,00	98,85	1	1	100,00

Descrição das transferências de recursos mediante Convênios, Contratos de Gestão, Termos de Parcerias, Descentralizações:

- Convênio entre o MCT e a FUNCATE para desenvolvimento da parte I do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa no setor de mudança no uso da terra e florestas e realização de pesquisas nesse setor. A parte II desse inventário será desenvolvida no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31, em execução;
- Convênio entre o MCT e a Fundepag para continuidade do projeto de pesquisa em desenvolvimento denominado "Respostas Fisiológicas de Plantas às Mudanças Climáticas Globais".

Metas físicas: Previsto**:1 –** Realizado**: 1**

A Metas físicas prevista para essa ação é de 1 (uma) pesquisa realizada visando obter informações (inexistentes atualmente) para subsidiar as negociações internacionais na área de mudança global do clima. Em 2007, essa Metas físicas foi cumprida com as pesquisa realizadas no âmbito do convênio celebrado entre o MCT e a Fundepag, tendo o apoio da USP na execução.

Produto: Pesquisa realizada

4.2 PROGRAMA 0473: GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Objetivos:

Já o programa 0473 - Gestão da Política de Ciência e Tecnologia e Inovação, tem como objetivo apoiar o planejamento, a avaliação e o monitoramento do conjunto de atividades que refletem a política de ciência, tecnologia e inovação nacionais. Nesse sentido, trata-se de ferramenta de apoio aos demais Programas do Plano Plurianul do Ministério.

4.2.1 - Dados Gerais:

TIPO DE PROGRAMA:
FINALÍSTICO
OBJETIVO GERAL:
Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência, tecnologia e inovação. Promover o conhecimento científico e tecnológico com vistas à melhoria da qualidade de vida.
GERENTE DO PROGRAMA:
Luis Manuel Rebelo Fernandes
GERENTE EXECUTIVO:
Maria do Socoro Fernandes
INDICADORES:
Não se aplica no âmbito da SEPED (será detalhado por outra unidade do MCT)
PÚBLICO ALVO:
GOVERNO

4.2.2 - Comentários do Programa:

No exercício de 2007, este Programa foi contemplado com 15 ações no Plano Plurianual-PPA, das quais, somente 2 ações está sob a responsabilidade das Coordenação-Geral de Mudanças Globais do Clima, que será objeto de detalhamentos físico-financeiro e comentários.

4.2.3 - Situação do Programa:

O Programa Gestão da Política de Ciência e Tecnologia e Inovação de uma maneira geral, tem se mostrado eficaz no que tange as ações sob a responsabilidade desta SEPED, tendo alcançado as metas previstas nas respectivas Ações.

A dotação orçamentária do programa, prevista em Lei, que envolveu exclusivamente as ações executadas pela SEPED, não sofreu contingenciamento no exercício de 2007. Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira.

4.2.4 - Demonstrativo Consolidado de Execução das Ações do Programa 0473

PROGRAMA / AÇÃO	PREVISTO			REALIZADO		FÍSICO		
	LEI (A)	(Limite de Empenho) (B)	CONTING. DA LEI C = (B/A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (D)	ATINGIDO (%) E = (D/B)	PREVISTO	REALIZADO	ATINGIDO
0473: Gestão da Política de C,T&I	746.399	746.399	0,00%	743.232	99,58%			
6126 - Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa(*)	364.017	364.017	0,00%	360.850	99,13%	1	1	100,00%
6909 - Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo(*)	382.382	382.382	0,00%	382.382	100,00%	80	86	107,50%

Fonte: SIAFI Gerencial - Extraído em 16/01/08

Observação: (*) Ações do Programa 0473, coordenado pela Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima, vinculada a SEPED.

4.2.5 – Principais ações do Programa 0473 sob a coordenação da SEPED:

- Ação 6126: Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa
- Ação 6909: Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

4.2.5.1 - Gestão das Ações:

4.2.5.1.1 – Ação 6126: Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa

4.2.5.1.1 - Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Disponibilizar, aos diversos segmentos do setor produtivo, estimativa de emissões de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal.
DESCRIÇÃO: Elaboração e divulgação de estimativa de emissões de gases de efeito estufa, bem como de pesquisas sobre fatores de emissão e níveis de atividade nos setores de energia, transportes, indústria, uso de solventes, mudança no uso da terra e da floresta, agropecuário e tratamento de resíduos.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO: Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: José Domingos Gonzales Miguez - (61)3317-7923 - **e-mail**: miguez@mct.gov.br

4.2.5.1.2 - Resultados:

- Celebração de parcerias e início dos trabalhos para desenvolvimento dos relatórios setoriais do segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa, em especial, os setores de mudança no uso da terra e florestas, agropecuária, energia e tratamento de resíduos;
- Apresentação de resultados parciais de execução do relatório de referência do setor de energia para o segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa;
- Apresentação de resultados parciais de execução do relatório de referência do setor de mudança no uso da terra e florestas para o segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa;
- Finalização do projeto Balanço de Carbono, que teve como objetivo estimar as emissões de gases de efeito estufa entre 1970 a 2004; desenvolver as metodologias para contabilidade e balanço dessas emissões nas diversas etapas de produção, transformação e uso de energia; e avaliar os impactos econômicos relacionados à mudança global do clima;
- Finalização do projeto “Avaliação Econômica de Políticas Públicas visando Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil”, que compreendeu a elaboração de um projeto de pesquisa para quantificar os efeitos sobre a economia brasileira da implementação de políticas públicas que visem a redução das emissões de gases de efeito-estufa (GEE). Para tanto foi construído um modelo inter-setorial aplicado de equilíbrio geral para simular os

efeitos de ações relacionadas a políticas de redução de emissões, entre elas restrições quantitativas sobre as emissões decorrentes da queima de combustíveis fósseis de determinados setores da economia e ou regiões.

- Atualização do sítio "O Brasil e a Convenção sobre Mudança do Clima". Atualmente, o sítio sobre mudança do clima possui um total de **51.554 páginas publicadas** nos quatro idiomas. Com cerca de aproximadamente 100.000 acessos mensais nas páginas, o sítio responde a uma média de 400 consultas mensais por e-mail sobre informações a respeito dos trabalhos e das posições brasileiras na Convenção, além de ser o sítio temático mais acessado dentro do portal do MCT. Sobre esse sítio é importante mencionar que o *Google* realiza um dos mais importantes e eficientes levantamentos de classificação de páginas da *web*, denominado *Google PageRanker*. De acordo com esse levantamento, a cada 10 (dez) pesquisas realizadas na Internet sobre o tema Mudança do Clima, 7 (sete) são direcionadas ao sítio de mudanças climáticas do MCT, demonstrando uma relevância de 7/10. Esse resultado é comum às ações 6909 e 6751.

Implementação:

As principais atividades previstas para a ação 6126 em 2007 estavam relacionadas à continuidade dos trabalhos de elaboração dos relatórios de referência que deverão subsidiar a preparação do Segundo Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Em 2007 foram celebradas as parcerias mais relevantes para elaboração do citado inventário e iniciada a execução dos principais planos de trabalho setoriais, a saber: uso da terra, mudança no uso da terra e florestas; energia; agropecuária e tratamento de resíduos. Todas as dificuldades enfrentadas em 2006 e que impediram a execução desses trabalhos naquele exercício foram superadas em 2007 e permitiram que a execução dos planos de trabalho, ao final de 2007, atingissem ritmo adequado de implementação. Assim como ocorreu em 2006, desses setores, apenas o de mudança no uso da terra e florestas recebeu recursos da ação 6126 em 2007 repassados por meio de convênio firmado entre o MCT e a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - FUNCATE visando gerar uma base de dados com o uso e cobertura vegetal do ano de 2002, cobrindo integralmente todos os biomas brasileiros, utilizando imagens de satélite de media resolução, com o objetivo de determinar a contribuição das mudanças de cobertura vegetal e uso da terra na Emissão de Gases do Efeito Estufa, para o período de 1994 a 2000. Esse estudo subsidiará a elaboração do Segundo Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa para o setor, que está em desenvolvimento no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31 e, segundo avaliação da execução do seu plano de trabalho realizada no início de 2008, encontra-se em ritmo adequado de desenvolvimento.

Os demais setores foram financiados integralmente pelo *GEF – Global Enviroment Facility* por meio do projeto BRA/05/G31, e também encontram-se em ritmo adequado de execução.

Além das atividades de elaboração do segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa, outra atividade também importante e implementada no âmbito da ação 6126 em 2007 refere-se à publicação e reimpressão dos relatórios setoriais que serviram de base para elaboração do primeiro inventário das emissões antrópicas por fontes e das remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, em português e inglês, bem como da Primeira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em português.

Esta ação não sofreu restrições orçamentárias recebendo o aporte de recursos aprovados em Lei, no valor de R$ 364.017,00 (trezentos e sessenta e quatro mil e dezessete reais). Desse total, foram empenhadas/realizadas despesas no valor de R$ 360.850,00 (trezentos e sessenta mil, oitocentos e cinqüenta reais) correspondente à 99,13%, de execução da ação. Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira.

Execução Física e Financeira

FINANCEIRO				FÍSICO		
PREVISTO EM LEI (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	REALIZADO (C)	% D = (C/B)	PREVISTO (E)	REALIZADO (F)	% G = (F/E)
364.017,00	364.017,00	360.850,00	99,13	1	1	100,00

Descrição das transferências de recursos mediante Convênios, Contratos de Gestão, Termos de Parcerias, Descentralizações:

- Convênio entre o MCT e a FUNCATE para desenvolvimento da parte I do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa no setor de mudança no uso da terra e florestas e realização de pesquisas nesse setor. A parte II desse inventário está em desenvolvimento no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31, em execução.

Descrição dos recursos aplicados diretamente pela Unidade Gestora por meio da celebração de contratos, mediante realização de licitações:

- Contrato de prestação de serviços gráficos de publicação e reimpressão dos relatórios setoriais que serviram de base para elaboração do primeiro inventário das emissões antrópicas por fontes e das remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, em português e inglês, bem como da Primeira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em português.

Metas físicas: Previsto**: 1 –** Realizado**: 1**

A Metas físicas prevista para essa ação é de 01 (um) inventário atualizado e refere-se, especialmente, ao apoio à preparação do Segundo Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal. Ocorre que a atualização do inventário não é realizada em apenas um ano e sim em, pelo menos, três a quatro anos, de acordo com os tratados internacionais que disciplinam a questão e dos quais o Brasil é signatário. No caso do Segundo Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa, os trabalhos de atualização desse inventário foram iniciados em janeiro de 2006 e deverão ser integralmente concluídos em dezembro de 2009, prazo previsto para que o Brasil submeta ao Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima a Segunda Comunicação Nacional do país, que é composta pelo inventário das emissões antrópicas por fontes e das remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, assim como por uma descrição geral das providências tomadas ou previstas para a implementação da Convenção no País. A maior parte dos trabalhos referentes à preparação do Segundo Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa está sendo realizada no

âmbito do projeto BRA/05/G31, em execução com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Portanto, a Metas físicas de um inventário atualizado é prevista apenas para dezembro de 2009, nos termos acordados pelo país em âmbito internacional. A aferição de atendimento dessa Metas físicas no âmbito do PPA é feita por meio da avaliação de execução do referido inventário, que deve ser preparado para cinco setores: energia; agropecuária; indústria e uso de solventes; uso da terra, mudança no uso da terra e florestas; e tratamento de resíduos. A avaliação realizada no final de 2007 conclui que, com exceção do setor de indústria e uso de solventes cuja previsão de início dos trabalhos, dada menor complexidade desse setor, era para o exercício de 2008, todos os demais setores do referido inventário estão com seus trabalhos em andamento e em ritmo adequado, sendo que no caso do inventário do setor de energia, os trabalhos estão bastante avançados e o relatório final está previsto ainda para o primeiro semestre de 2008. Assim, considerando o ritmo atual dos trabalhos de atualização do inventário, a Metas físicas no âmbito do PPA foi considerada cumprida em sua totalidade, especialmente porque os recursos previstos nessa ação serviram, em 2007, para apoiar a preparação do inventário do setor de uso da terra, mudança no uso da terra e florestas, o que permitiu que o cronograma de execução previsto para esse inventário setorial não sofresse atrasos, bem como para reimpressão e divulgação dos relatórios setoriais que serviram de base para elaboração do Primeiro Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

Produto: Inventário atualizado

4.2.5.1.2 – Ação 6909: Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

4.2.5.1.2.1 - Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Avaliar projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que resultem em reduções de emissões nos setores de energia, indústria, uso de solventes, agropecuária, mudança no uso da terra e florestas e tratamento de resíduos e em seqüestro de carbono por reflorestamento ou estabelecimento de novas florestas, bem como capacitar instituições e especialistas para atuação na área do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e em certificação dos projetos de MDL, contratar estudos e realizar visitas técnicas aos projetos aprovados no âmbito da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.
DESCRIÇÃO: Avaliação, quanto à contribuição para o desenvolvimento sustentável, de projetos submetidos à apreciação da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, no âmbito do MDL do Protocolo de Quioto; capacitação de instituições e especialistas na área de mudança global do clima; contratação de estudos e realização de visitas técnicas aos projetos aprovados no âmbito da Comissão Interiministerial.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO: Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: José Domingos Gonzales Miguez - (61)3317-7923 - **e-mail**: miguez@mct.gov.br

4.2.5.1.2.2 - Resultados:

Os principais resultados alcançados em 2007 no âmbito da ação de Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo foram:

- Brasil tem-se destacado como um dos países mais organizados e estruturados no que tange à implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, estando, em 2007, em terceiro lugar quanto ao número de projetos em desenvolvimento, com um total de 264 projetos em processo de validação e registrados, o que representa 9% do total de projetos no mundo e uma redução durante o primeiro período de obtenção de crédito de 273 milhões de tCO2e.
- Brasil em 2007 ocupa o quarto lugar em número de projetos que já tiveram reduções certificadas de emissões (RCEs) emitidas, com um total de 14.729.899 RCE's;
- Realização, em 2007, de 06 reuniões da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o que demonstra o cumprimento da previsão legal constante no art. 4º do Regimento Interno dessa Comissão, que é de uma reunião a cada 60 dias;
- Avaliação, pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, de 72 projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto até dezembro de 2007, dos quais 64 foram aprovados, o que representa 88% do total avaliado;

- Emissão de 86 pareceres técnicos para subsidiar os trabalhos de avaliação de projetos realizados pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o que possibilitou a aprovação, em 2007, de 64 projetos;
- Publicação da Resolução n.º 05 da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, que revisa as definições das atividades de projetos de pequena escala no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo e dá outras providências;
- Publicação da Resolução n.º 06 da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, que altera a Resolução nº 2, de 10 de agosto de 2005, em relação à versão do documento de concepção de projeto do Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo;
- Implantação e funcionamento de uma área de acesso restrito no site "O Brasil e a Convenção sobre Mudança do Clima" para os membros da Comissão. Com esse sistema de acesso restrito, a Secretaria Executiva da CIMGC está conseguindo impor maior agilidade e segurança na disponibilização dos documentos referentes aos projetos MDL submetidos à CIMGC para análise de seus membros;
- Publicação mensal do status das atividades de projetos MDL no Brasil e no mundo referentes ao período de agosto a dezembro de 2007, bem como organização de informações para subsidiar as atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Executiva da Comissão, em especial, a análise documental de projetos submetidos à Comissão Interministerial;
- Implantação da primeira parte do Painel de Especialistas em MDL, por meio da contratação de técnicos para elaboração de pareceres com a análise de projetos MDL submetidos à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, bem como preparação de respostas técnicas a eventuais requerimentos recebidos e Ofícios a serem enviados aos proponentes dos projetos avaliados e outros documentos julgados necessários, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da referida Comissão;
- Elaboração de proposta e início dos trabalhos de atualização do Guia de Orientação sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo visando atender à demanda de informações, claras e oficiais, para interessados em desenvolvimento de atividades de projetos que se enquadrem nas regras e procedimentos do MDL, incorporando as revisões, ampliações e novas regulamentações desde a COP-8, de Nova Deli, as resoluções da Comissão Interministerial de Mudança Global de Clima e as deliberações do Conselho Executivo do MDL, até 31 de julho de 2007. A atualização do referido Guia encontra-se em andamento, já tendo sido apresentada uma versão preliminar do Guia em questão. Embora o contrato de consultoria celebrado estabeleça em seu termo de referência que as atualizações seriam feitas até 31/07/2007, de acordo com entendimentos mantidos com a consultora responsável pela execução dos trabalhos, foi acertado que o Guia em questão deve incorporar atualizações até 31/12/2007, de forma a incluir as decisões XIII Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada no período de 02 a 14 de dezembro de 2007, em Bali, Indonésia;
- Início dos trabalhos de ampliação dos componentes MDL e Comissão Interministerial no sítio de mudança do clima da *home page* do MCT, incluindo a preparação e disponibilização de documentos, banco de dados e outros instrumentos que auxiliem os trabalhos relacionados aos projetos MDL, bem como a diagramação de relatórios técnicos para ampliação dos demais componentes do sítio;
- Implantação do painel de consultas jurídicas para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima;

- Desenvolvimento dos trabalhos de implantação do Sistema de Gerenciamento de Projetos MDL da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima;
- Lançamento de edital para implantação da segunda parte do painel de especialistas setoriais do projeto BRA/07/002, para subsidiar a análise de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima nos setores de energia, agricultura, indústria e uso de solventes, uso da terra, mudança no uso da terra e florestas e tratamento de resíduos. Esse edital foi lançado em 01/09/2007 nos principais jornais do país e também na página de mudança do clima no MCT, com especial destaque na página principal do MCT. O prazo para recebimento de currículos foi prorrogado até 31/12/2007, dada a grande procura e interesse pelo processo que, até o presente momento, recebeu mais de 800 currículos de todo o país.

Implementação:

A principal atividade prevista e desenvolvida no âmbito dessa ação em 2007 refere-se à implementação dos objetivos e resultados previstos no documento de projeto BRA/07/002. O documento de projeto em questão foi gerado a partir de uma parceria firmada em 22/12/2006 entre o MCT, o PNUD e a ABC/MRE, e prevê o desenvolvimento de quatro objetivos específicos, a saber:

1. Estabelecimento operacional do painel de especialistas para avaliação técnica quanto à contribuição ao desenvolvimento sustentável dos projetos MDL submetidos à CIMGC. O processo de análise de projetos submetidos à Comissão Interministerial é um ponto de suma importância, pois a qualidade dos projetos brasileiros, bem como a agilidade da Comissão na emissão das cartas de aprovação como Autoridade Nacional Designada dependem desse processo de análise de projetos. No sentido de fortalecer esse processo e atender a demanda crescente de análise de projetos, será estabelecido um painel de especialistas, divididos por setor, que deverão emitir pareceres sobre cada projeto submetido. Assim, cada especialista poderá dar sua parcela de contribuição no setor de sua respectiva competência, com uma análise técnica aprofundada sobre o projeto a ele encaminhado;
2. Estabelecimento de um mecanismo de consulta jurídica para a CIMCG. Além da parte de análise técnica acima mencionada, há, ainda, uma demanda crescente em relação à parte jurídica que envolve o MDL e as decisões e posicionamentos da Comissão Interministerial, na qualidade de Autoridade Nacional Designada. Nesse sentido, deve ser criado também um mecanismo de consulta jurídica que deverá ser acionado sempre que houver questionamentos dessa natureza no âmbito da Comissão. Por se tratar de um tema bastante técnico, específico e inovador e cujo entendimento, mesmo que jurídico, requer conhecimento técnico e das negociações internacionais que envolvem o MDL, é preciso fomentar a pesquisa jurídica no país sobre esse tema, bem como produzir pareceres, notas e outros instrumentos jurídicos que sirvam de subsídio aos trabalhos da Comissão Interministerial;
3. Desenvolvimento de programas de capacitação gerencial em relação ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Outra questão igualmente importante refere-se à produção e divulgação de material informativo sobre o funcionamento do MDL. Projetos já vêm sendo implantados e aprovados, mas devido à complexidade das modalidades e os procedimentos para o mecanismo de desenvolvimento limpo, há necessidade de melhor compreensão das decisões do Conselho Executivo desse mecanismo e do seu Painel de Metodologias, bem como necessidade de ampla divulgação das normas estabelecidas pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o que pode ser feito de forma bastante

didática e ampla com a preparação e divulgação de material na Internet, guias e cartilhas explicativas sobre o MDL;

4. Implementação de um programa de certificação para apoiar o credenciamento de instituições brasileiras como Entidades Operacionais Designadas do MDL. Para que o Brasil possa manter o papel de destaque em relação ao MDL é preciso reduzir os custos transacionais e aumentar a capacitação no país sobre temas relacionados à mudança do clima e ao Protocolo de Quioto, o que pode ser feito, além das ações acima, com a implementação de um programa de certificação para apoiar o credenciamento de instituições brasileiras como Entidades Operacionais Designadas do MDL, possibilitando, inclusive, uma melhor compreensão das circunstâncias nacionais na análise de projetos por parte das Entidades Operacionais genuinamente brasileiras. A estratégia de implementação desse objetivo consiste na identificação das instituições interessadas e com capacidade para credenciamento como Entidades Operacionais Designadas para que, a partir daí, possam ser realizados seminários e/ou cursos ministrados por representantes que compõem o Conselho Executivo do MDL, órgão que supervisiona o funcionamento do MDL em âmbito internacional. A Presidência do Conselho Executivo do MDL está atualmente sendo exercida por um representante brasileiro, que é o Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o que facilita o contato com os Membros daquele Conselho e abre uma oportunidade ímpar para que o Brasil possa ter instituições capacitadas para credenciamento.

Todos esses objetivos estão em ritmo adequado de desenvolvimento.

Esta ação não sofreu restrições orçamentárias recebendo o aporte de recursos aprovados em Lei, no valor de R$ **382.382,00** (trezentos e oitenta e dois mil e trezentos e oitenta e dois reais). Desse total, foram empenhadas/realizadas despesas no mesmo valor, alcançando 100% de execução da ação. (Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira).

Execução Física e Financeira

FINANCEIRO				FÍSICO		
PREVISTO EM LEI (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	REALIZADO (C)	% D = (C/B)	PREVISTO (E)	REALIZADO (F)	% G = (F/E)
382.382,00	382.382,00	382.382,00	100,00	80	86	107,50

Descrição das transferências de recursos mediante Convênios, Contratos de Gestão, Termos de Parcerias, Descentralizações:

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Parcela de 2007 no valor de R$ 382.382,00 (trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e oitenta e dois reais) prevista no documento de projeto BRA/07/002 celebrado entre o MCT, o PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE visando a modernização institucional da Secretaria Executiva da Comissão Interminiterial de Mudança Global do Clima, de forma a possibilitar que o Brasil continue a desempenhar um papel de destaque no cenário internacional quanto à implementação de projetos no âmbito do MDL. Os objetivos específicos previstos nesse documento de projeto, além de estarem em perfeita harmonia e conformidade com as metas da ação 6909, permitirão o cumprimento dessas metas e o avanço do Brasil no que se refere à propiciar um ambiente favorável à implementação de projeto MDL no país.

Metas físicas: Previsto: **80 –** Realizado: **86**

A Metas físicas prevista para essa ação é de 80 (oitenta) pareceres emitidos referentes à avaliação de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto. Em 2007, essa Metas físicas foi superada com a emissão, apurada em 31/12/2007, de 86 (oitenta e seis) pareceres. O sucesso no cumprimento das metas físicas dessa ação se deve, especialmente, ao fato dos recursos terem sido liberados dentro do cronograma previsto, não gerando nenhum atraso ou dificuldade na implementação desta ação.

Produto: Parecer emitido

4.3 PROGRAMA 1388: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE)

Objetivos:

O programa 1388 - Ciência e Tecnologia e Inovação para PITCE), tem como objetivo viabilizar um novo patamar de relacionamento público privado e uma nova institucionalidade do sistema nacional de C, T&I, visando acelerar o processo de capacitação de recursos humanos e de modernização tecnológica da indústria nacional, criar e consolidar nichos de mercado para produtos e processos brasileiros baseados em novas tecnologias e nortear a pesquisa básica com problemas originários de demandas concretas por novos conhecimentos.

4.3.1 - Dados Gerais:

TIPO DE PROGRAMA: FINALÍSTICO
OBJETIVO GERAL: Desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional.
GERENTE DO PROGRAMA: LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS
GERENTE EXECUTIVO: NÃO CADASTRADO
INDICADORES: **Não se aplica no âmbito da SEPED (será detalhado por outra Secretaria do MCT)**
PÚBLICO ALVO: Empresas estabelecidas e nascentes de nanotecnologia e biotecnologia, de química, de materiais, de eletrônica, de energias renováveis, de software, de fármacos, de semicondutores e microeletrônica, prestadoras de serviços tecnológicos, de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica), laboratórios nacionais e comunidade científica e tecnológica.

4.3.2 - Comentários do Programa:

No exercício de 2007, este Programa foi contemplado com 43 ações no Plano Plurianual-PPA, das quais, somente 3 ações finalísticas e parte da ação 2272 (Gestão Administrativa do Programa, conforme PTRES 004751 – PI 001), está sob a responsabilidade das Coordenações da SEPED, que será objeto de detalhamentos físico-financeiro, resultados e comentários.

4.3.3 - Situação do Programa:

O Programa Ciência e Tecnologia e Inovação para PITCE de uma maneira geral, tem se mostrado eficaz no que tange as ações sob a responsabilidade desta SEPED, alcançando as metas previstas nas seus respectivos Ações.

A dotação orçamentária das ações do referido programa, prevista em Lei, que envolveu exclusivamente as ações executadas pela SEPED, para o exercício de 2007, sofreu apenas um contingenciamento, da ordem de 18,86%, nas atividades finalísticas das ações. Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira.

4.3.4. - Demonstrativo Consolidado de Execução das Ações do Programa 1388

PROGRAMA / AÇÃO	PREVISTO			REALIZADO		FÍSICO		
	LEI (A)	(Limite de Empenho) (B)	CONTING. DA LEI C = (B/A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (D)	ATINGIDO (%) E = (D/B)	PREVISTO	REALIZADO	ATINGIDO
1388: C,T&I para PITCE	**5.422.249**	**4.508.130**	**-16,86%**	**2.757.624**	**61,17%**			
2272 - Gestão Administrativa do Programa(*)	900.000	510.922	-43,23%	380.011	74,38%			
2B33 - Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnológico dos Organismos Marinhos(**)	41.119	41.119	0,00%	41.119	100,00%	1	1	100,00%
4942 - Desenvolvimento de Pesquisas dos Conjuntos dos Componentes Celulares (Genomas, Proteomas)(***)	1.633.501	1.633.501	0,00%	1.088.002	66,61%	3	3	100,00%
2C83 - Desenvolvimento de Pesquisa em Biologia Molecular e em Bioprodutos de Interesse Econômico(***)	2.847.629	2.322.588	-18,44%	1.248.492	53,75%	1	1	100,00%

Fonte: SIAFI Gerencial - Extraído em 16/01/08

Observações:

(*) A SEPED administrata parte da Ação **2272** do Programa **1388**, conforme PTRES **004751** - PI **001**

(**) Ação do Programa **1388**, coordenado pela Coordenação para o Mar e Antartica, vinculada a SEPED.

(***) Ações do Programa **1388**, coordenado pela Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde, vinculada a SEPED.

4.3.5 – Principais ações do Programa 1388, sob a coordenação da SEPED:

- Ação 2272: Gestão e Administração do Programa (parte da ação PTRES 004751 – PI 001);
- Ação 2B33: Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia dos Organismos Marinhos;
- Ação 2C83: Desenvolvimento de Pesquisas em Biotecnologia Molecular e em Bioprodutos de Interesse Econômico;
- Ação 4942: Desenvolvimento de Pesquisas dos Componentes Celulares (Genomas, Proteomas).

4.2.5.1 - Gestão das Ações:

4.3.5.1.1 - Ação 2272: Gestão e Administração do Programa 1388 - PTRES 004751 – PI 001

4.3.5.1.1.1 - Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Constituir um centro de custos administrativo dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
DESCRIÇÃO: Os recursos dessa ação foram disponibilizados para diversas Secretarias. Para um melhor controle de gasto, foi estabelecido através do PTRES 004751 um **Plano Interno**, cabendo a SEPED o **PI 001**. O limite de Empenho oferecido a esse PI, foi exclusivamente executado no pagamento de passagens, diárias e locomoção de servidores e colaboradores eventuais para participarem de eventos e reuniões importantes e necessárias à execução das atividades da SEPED.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO: Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa - CGAA
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: Fernando André Pereira das Neves – (61) 3317-7613 - **e-mail**: fandre@mct.gov.br

4.3.5.1.1.2 - Resultados:

Os recursos dessa ação foram disponibilizados para diversas Secretarias. Para um melhor controle de gasto, foi estabelecido através do PTRES 004751 um **Plano Interno**, cabendo a SEPED o **PI 001**. O limite de Empenho oferecido a esse PI, foi exclusivamente executado no pagamento de passagens, diárias e locomoção de servidores e colaboradores eventuais para participarem de eventos e reuniões importantes e necessárias à execução das atividades da SEPED.

No exercício de 2007, foi autorizado em Lei, para esse Plano Interno, dotação orçamentária no valor de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais). Tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.124, de 13 de julho de 2007, que estabeleceu o limite de gasto com diárias e passagens, a SPOA/MCT, através do Memo-Circular nº 025, de 07 de agosto de 2007, definiu como limite de gasto, para esse Plano Interno, o valor de R$ 510.922,00 (quinhentos e dez mil, novecentos e vinte e dois reais), representando um corte de 43,23%.

Dos recursos oferecidos a essa ação administrativa, podemos afirmar que os mesmos foram muito bem administrados e executados, onde a SEPED, teve a preocupação de manter o controle nos gastos com essas modalidades de despesas (diárias, passagens e locomoção). Os resultados desta ação estão diretamente relacionados aos resultado do Programa 1388, uma vez que confere ao mesmo o apoio logístico necessário.

As despesas empenhadas/realizadas e pagas no exercício, foi da ordem de R$ 380.011,02 (trezentos e oitenta mil, onze reais e dois centavos), correspondendo a 74,38 %, do limite de empenho autorizado pelo Memo-Circular da SPOA/MCT. Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira).

Execução Física e Financeira[3]

FINANCEIRO				FÍSICO		
PREVISTO EM LEI (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	REALIZADO (C)	% D = (C/B)	PREVISTO (E)	REALIZADO (F)	% G = (F/E)
900.000,00	510.922,00	380.011,02	74,38	0	0	0

Metas Físicas: Não se aplica.

Produto: Não Possui

[3] Base de calculo para encontrar o percentual de execução: Empenhado, Liquidado e Pago **(dividido)** pelo Limite de Empenho.

4.3.5.1.2 – Ação 2B33: Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia dos Organismos

4.3.5.1.2.1 - Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Conhecer e desenvolver a biotecnologia dos organismos marinhos e sua utilização econômica como fonte de recursos sustentáveis para as indústrias químicas e farmacêuticas, na agricultura, na maricultura, na saúde e para fins ambientais.
DESCRIÇÃO: Realizar a bioprospecção dos organismos marinhos, o levantamento do cadastro das espécies marinhas produtoras de elementos bioativos e descrever o interesse dos produtos biotecnológicos de origem marinha, desenvolver a tecnologia necessária para o cultivo, isolamento, identificação e caracterização de moléculas de atividade biológica, identificação de áreas marítimas sob jurisdição nacional para a conservação e o uso sustentável dos bancos genéticos, desenvolvimento de produtos de aplicação industrial.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO: Coordenação para o Mar e Antártica
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: Maria Cordélia Soares Machado - 3317-7854 - **e-mail**: mmachado@mct.gov.br

4.3.5.1.2.2 - Resultados:

Apoiamos o projeto do Departamento de Fisiologia do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (IB-USP), “Caracterização bioquímica de neurotoxinas da peçonha da anêmona Bunodosoma caissarum e do molusco Conus ermineus do Arquipélago de São Pedro e São Paulo. Uma comparação com as neurotoxinas da anêmona Bunodosoma caissarum do litoral sudeste do Brasil" com um montante para capital de R$ 103.000,00, para a aquisição de um cromatógrafo líquido de alto desempenho (HPLC/FPLC).

Como resultado deste apoio, encontra-se em pleno uso no Laboratório de Farmacologia de Produtos Naturais Marinhos da USP, um cromatógrafo líquido de alto desempenho (HPLC/FPLC), com acessórios, configurado para purificação de compostos de baixo peso molecular, peptídeos e proteínas existentes em extratos e peçonhas de organismos marinhos.

Apoio no valor de R$ 3.357,00 aos Estudos Interministeriais e de Especialistas para Plano Nacional de Trabalho em Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia dos Organismos Marinhos , de modo a nortear as ações do Comitê Executivo para o Levantamento e Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha – BIOMAR, coordenado pelo MCT/SEPED/COMA no âmbito da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar (CIRM).

Como conseqüência deste apoio, foi gerado o Plano Nacional de Trabalho do BIOMAR elaborado e consolidado por especialistas da área.

Apoiamos, também, com um montante de R$ 37.762,00, na categoria custeio, para atender auxílio financeiro, considerado como aditivo orçamentário, seis processos institucionais

de projetos de pesquisa em biotecnologia dos organismos marinhos no âmbito do Edital CNPq nº 56/2005 para o Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas.

Fruto deste apoio, temos hoje seis projetos de pesquisa em biotecnologia dos organismos marinhos apoiados.

Em relação às metas físicas, cabe informar que os recursos foram utilizados na sua plenitude.

Tendo em vista que esta ação tem como finalidade o conhecimento e o desenvolvimento da biotecnologia dos organismos marinhos, cabe salientar que as atividades apoiadas com esses recursos se coadunam com o fim proposto.

Esta ação não sofreu restrições orçamentárias recebendo o aporte de recursos aprovados em Lei, no valor de R$ 41.119,00 (quarenta e um mil, cento e dezenove reais). Desse total, foram empenhadas/realizadas despesas no mesmo valor, alcançando 100% de execução da ação. (Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira).

Execução Física e Financeira

FINANCEIRO				FÍSICO		
PREVISTO EM LEI (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	REALIZADO (C)	% D = (C/B)	PREVISTO (E)	REALIZADO (F)	% G = (F/E)
41.119,00	41.119,00	41.119,00	100,00	1	1	100,00

Metas físicas: Previsto: **1 –** Realizado: **1**

Em relação às metas físicas, cabe informar que os recursos foram utilizados na sua plenitude, sendo implementado 100% das metas físicas.

Produto: Projeto apoiado

4.3.5.1.3 – Ação 2C83: Desenvolvimento de Pesquisas em Biologia Molecular e em Bioprodutos de Interesse Econômico

4.3.5.1.3.1 - Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento de projetos em biologia molecular, implementando iniciativas articuladas à política industrial, tecnológica e de comércio exterior (PITCE) orientadas à produção de bioprodutos.
DESCRIÇÃO: A ação deverá contemplar um elenco de iniciativas estratégicas ao desenvolvimento científico e tecnológico em biologia molecular, expandindo o conhecimento por meio de projetos cooperativos e ampliando a formação de recursos humanos em técnicas avançadas. Deverá promover a integração de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de modo a estimular o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva de forma sustentável, envolvendo inter alia estudos prospectivos, agrobiologia, química, farmacologia pré-clínica e clínica, farmacotécnica e gestão tecnológica. Procurar-se-á, também, fortalecer o desenvolvimento da engenharia genética, da imunologia, da enzimologia e de outras disciplinas correlatas consideradas importantes para o desenvolvimento de bioprodutos.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO: Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: Paulo José Péret de Sant'Ana - 3317 8008 **-e-mail:** pperet@mct.gov.br

4.3.5.1.3.2 - Resultados:

Os recursos desta ação foram aplicados em projetos de pesquisa apresentados em resposta à Chamada Pública MCT/FIEP/Ação transversal – rede GENOPROT – 08/2007. Este edital teve o objetivo de selecionar e financiar projetos de pesquisa em Biologia de Genomas, visando a identificação ou caracterização estrutural ou funcional de genes, RNAs e proteínas com possibilidades práticas de aplicação nas área de saúde humana, animal, agricultura, indústria ou meio ambiente.

A expectativa é que o investimento nestas linhas de pesquisa possam contribuir para a geração de novos produtos e processos biotecnológicos aplicados às áreas de saúde e agricultura, por meio do fortalecimento dos grupos de pesquisa que visam a compreensão de processos epigenéticos, controle da expressão gênica, estrutura de proteínas e suas funções, bem como os fatores que regulam a transcrição, os marcadores biológicos de processos celulares em condições normais, patológicas e de estresse.

No exercício de 2007, foi autorizado em Lei, dotação orçamentária no valor de R$ 2.847.629,00 (dois milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e vinte e nove reais). Desse valor, foi efetuado um contingenciamento de 18,44%, limitando o empenho de despesas no valor de R$ 2.322.588,00 (dois milhões trezentos e vinte e dois mil e quinhentos e oitenta e

oito reais). Desse limite foram empenhadas/realizadas despesas no valor de R$ 1.248.492,00 (Hum milhão, duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais), correspondente a 53,75% do Limite de Empenho da ação. Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira.

Execução Física e Financeira[3]:

FINANCEIRO				FÍSICO		
PREVISTO EM LEI (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	REALIZADO (C)	% D = (C/B)	PREVISTO (E)	REALIZADO (F)	% G = (F/E)
2.847.629,00	**2.322.588,00**	**1.248.492,00**	**53,75%**	**1**	**1**	**100,00**

Descrição das transferências de recursos: Descentralização para a FINEP

Metas físicas: Previsto**: 1** - Realizado**: 1**

Produto: Laboratório apoiado

[3] Base de calculo para encontrar o percentual de execução: Empenhado, Liquidado e Pago (**dividido**) pelo Limite de Empenho.

4.3.5.1.4 – Ação 4942: Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma

4.3.5.1.4.1 - Dados Gerais:

TIPO: Ação Orçamentária
FINALIDADE: Integrar o estudo de espécies biológicas a partir da funcionalidade dos seus genes, expandindo a base de conhecimento em genoma funcional, proteoma, transcriptoma, matabolômica e interatômica, de modo a permitir o entendimento do funcionamento do sistema biológico, em condições fisiológicas específicas.
DESCRIÇÃO: O conhecimento obtido com os estudos proteômicos, transcriptômicos, metabolômicos e interatômicos possibilitará o mapeamento dos caminhos metabólicos celulares e a identificação de novos alvos farmacológicos, novas moléculas bioativas e marcadores biológicos para utilização em diagnóstico clínico, certificação de qualidade e rastreabilidade de produtos. A expectativa é que os conhecimentos a serem gerados, por meio deste investimento, possam ter um grande campo de aplicações, tais como: i) identificação de alvos terapêuticos moleculares para o desenvolvimento de fármacos, vacinas e métodos diagnósticos em biomedicina; ii) entendimento sobre os mecanismos de associação entre diferentes organismos como por exemplo: a relação parasita-hospedeiro permitindo a compreensão de doenças acometidas pelo homem ou por animais e vegetais de interesse da agropecuária; associações benéficas como microrganismos-plantas de interesse para a agricultura; iii) busca de produtos naturais bioativos com potencialidade em aplicações medicinais ou biotecnológicas, como secreções e venenos na biodiversidade brasileira; e iv) melhoramento genético de plantas.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED - 240119
UNIDADE EXECUTORA: Administração Direta – 24101
ÁREA RESPONSÁVEL POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO: Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO: Paulo José Péret de Sant'Ana – 3317 8008 **-e-mail:** pperet@mct.gov.br

4.3.5.1.4.2 - Resultados:

Ao apoio concedido às pesquisas, com recursos desta ação deu ênfase a identificação de novos alvos farmacológicos, novas moléculas bioativas e marcadores biológicos aplicação nas áreas de saúde humana, animal, agricultura, indústria ou meio ambiente, por meio de pesquisas dos componentes celulares.

Também, através desta ação, foram aplicados recursos em pesquisas de melhoramento genético (trangenia) , do algodoeiro, tornando-o resistentes a insetos.

Esta ação não sofreu restrições orçamentárias recebendo o aporte de recursos aprovados em Lei, no valor de R$ 1.633.501,00 (hum milhão, seiscentos e trinta e três mil, quinhentos e hum reais). Desse total foram empenhadas/realizadas despesas no valor de R$ 1.088.002,00 (hum milhão, oitenta e oito mil e dois reais), correspondente a 66,61%, de execução da ação. Vide Demonstrativos de Execução Física/Financeira.

Execução Física e Financeira

FINANCEIRO				FÍSICO		
PREVISTO EM LEI (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	REALIZADO (C)	% D = (C/B)	PREVISTO (E)	REALIZADO (F)	% G = (F/E)
1.633.501,00	1.633.501,00	1.088.002,00	66,61	3	3	100,00%

Metas físicas: Previsto: **3 –** Realizado: **3**

Produto: Projeto apoiadas

Descentralização dos recursos:

Do orçamento desta ação, foram descentralizados para FINEP, o montante de R$ 1.482.501,00 (hum milhão, quatrocentos e oitenta e dois mil e quinhentos e um reais) para apoio aos 19 projetos aprovados no âmbito do Edital MCT/FINEP/Ação transversal – Rede GenoProt – 08/2007. Os recursos descentralizados ainda não foram totalmente empenhados, porém internalizados naquela Instituição, aguardando os trâmites internos para contratação dos projetos aprovados para proceder o empenho e sua conseqüente liquidação.

Além desses recursos, foram descentralizados ao CNPq R$ 151.000,00 (cento e cinqüenta e um mil reais) para apoio a 4 projetos de estudos, desenvolvidos por grupos de pesquisas brasileiros, aprovados no âmbito do Programa de Pesquisa Colaborativa do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia – ICGEB.

Informações adicionais sobre a dotação orçamentária para a área de Biotecnologia:

Vale salientar que os recursos destinados à biotecnologia pelo Governo Federal nas ações 2C83 e 4942, foram da ordem de R$ 4.481.130,00 (quatro milhões quatrocentos e oitenta e hum mil cento e trinta reais), que somados aos R$ 33.240.098,00 (trinta e três milhões, duzentos e quarenta mil, noventa e oito reais), do Fundo Setorial de Biotecnologia, atingiram a cifra de R$ 37.721.228,00 (trinta e sete milhões setecentos e vinte e hum mil duzentos e vinte e oito reais), Adicionaram-se ainda a este montante os recursos dos Fundos Setoriais de Saúde e do Agronegócio entre outros, por meio de ações transversais. A aplicação desses recursos contribuíram para a implementação da Política de inovação tecnológica e de comércio exterior - PITCE, permitindo desta forma, o desenvolvimento de diversas pesquisas focadas na superação de problemas relacionados à saúde humana, expansão do agronegócio, e de gargalos que impedem o desenvolvimento da biotecnologia no País. Na área de biotecnologia aplicada à saúde humana, destaca-se ainda, os recursos provenientes do Ministério de Saúde que potencializam a implementação de iniciativas neste tema.

Outros aspectos relevantes sem a participação de recursos orçamentáros:

No âmbito da cooperação internacional, merece destaque a formação de recursos humanos em temas avançados de biotecnologia, por meio do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia-CABBIO e o apoio concedido no âmbito do Centro Internacional de Engenahria Genética e Biotecnologia para as seguintes pesquisas:

- "Involvement of NFAT transcription factor in cell cycle regulation" sob a Coordenação do Instituto Nacional do Câncer.

- "Identification of novel promiscuous CD4+ T cell epitopes from HIV-1: recognition by HIV-1 patients and assessment of immunogenecity with HLA-transgenic mice" sob a coordenação da Universidade de São Paulo.
- "Genomics strategies to determine the functional role of stress-related genes in rice (Oryza sativa)" sob a coordenação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Com relação à contribuição da CGBS em temas afetos a biotecnologia, ressalta-se sua participação nos seguintes fóruns de discussão:

1. Política de Desenvolvimento da Biotecnologia

Importante ação desempenhada neste ano de 2007 foi a participação deste Ministério na elaboração da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, instituída pelo Decreto Presidencial nº 6.041, de 8 de fevereiro. O objetivo é o estabelecimento de ambiente adequado para o desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos inovadores, o estímulo à maior eficiência da estrutura produtiva nacional, o aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras, a absorção de tecnologias, a geração de negócios e a expansão das exportações. Buscar-se-á a definição de alvos estratégicos, áreas priorizadas e áreas de fronteira para a efetiva consolidação da biotecnologia e da bioindústria brasileiras nas áreas setoriais de saúde humana, agropecuária, ambiental e industrial.

O referido decreto também cria o Comitê Nacional de Biotecnologia, responsável pela coordenação e implementação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, bem como responsável por outras eventuais ações que sejam pertinentes e necessárias para o desenvolvimento e utilização da biotecnologia, com ênfase na bioindústria brasileira.

2. Codex Alimentarius

A Comissão do Codex Alimentarius, criada em 1963 pela FAO/OMS (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação/Organização Mundial de Saúde) tem o objetivo de desenvolver normas, diretrizes internacionais e textos relacionados aos códigos de conduta do Programa de Normas Alimentares da FAO/OMS. Suas principais funções são proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas eqüitativas de comércio regional e internacional de alimentos, promovendo a coordenação de normas alimentares acordadas pelas organizações governamentais e não-governamentais.

Visando representar todos os segmentos da área de alimentos, o Comitê do Codex Alimentarius do Brasil – CCAB, composto por 14 membros de órgãos do governo, das indústrias e de órgãos de defesa do consumidor (INMETRO, MRE, MS, MAPA, MF, MJ/DPC, MICT/SECEX, ABIA, ABNT, CNI, CNA, CNC e IDEC) possui uma estrutura formada por vários Grupos Técnicos, destinados a dar acompanhamento de cada Comitê Internacional.

O Grupo Técnico de Alimentos Derivados da Biotecnologia (GT-FBT), coordenado pela Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde do MCT, é composto por membros representantes das seguintes entidades: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ANVISA, Confederação Nacional das Indústrias, Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos, Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça. Sua função é elaborar normas, diretrizes ou outros princípios para os alimentos derivados de biotecnologia moderna ou para características introduzidas em alimentos por meio de biotecnologias, com base em evidências científicas e análise de risco, que subsidiam as discussões do Grupo Intergovernamental sobre Alimentos Derivados de Biotecnologia integrante do Programa Codex Alimentarius.

Durante o ano de 2007, a CGBS esteve presente tanto em reuniões ordinárias como em extraordinárias do CCAB, cabendo ressaltar a participação em três reuniões internacionais, todas elas em conformidade com as deliberações da 6ª. Sessão da Força Tarefa Internacional de Alimentos Derivados de Biotecnologia realizada em Chiba, Japão, em 27 de novembro de 2006:

- Reunião do grupo de trabalho sobre presença adventícia de material Vegetal DNA-recombinante com vistas a tornar-se em anexo com diretrizes para avaliação de inocuidade em situações de baixa presença e mecanismo de troca de informações e dados essenciais, em Washington, DC, EUA, de 13 a 15 de março de 2007.
- Reunião do Grupo de Trabalho sobre a proposta de Anexo relativo a Alimentos Derivados de Plantas DNAr modificadas para Benefício Nutricional ou para Saúde, em Ottawa, Canadá, de 07 a 09 de maio de 2007.
- 7ª Sessão da Força Tarefa sobre Alimentos Derivados de Biotecnologia em Chiba, Japão, no período de 24 a 28 de setembro de 2007, durante a qual se concluiu as negociações das minutas, todas elevadas ao trâmite 5/8, para eventual adoção pela Comissão do Codex, em sua próxima reunião, a realizar-se em Genebra, em 2008: (a) diretrizes para a condução de avaliação de segurança alimentar de alimentos derivados de animais DNAr; (b) anexo às diretrizes para condução da avaliação de segurança alimentar de alimentos derivados de plantas DNAr: avaliação de segurança alimentar de alimentos derivados de plantas DNAr modificadas para benefícios nutricionais ou de saúde; (c) anexo às diretrizes para condução da avaliação de segurança alimentar de alimentos derivados de plantas DNAr sobre presença em baixos níveis de material vegetal DNAr.

3. Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança

Estabelecido em janeiro de 2000, na Convenção de Biodiversidade, trata-se do primeiro acordo internacional que tem como objetivo geral contribuir para assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguro dos organismos vivos modificados (OVMs), resultantes da biotecnologia moderna, que possam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando em conta os riscos para a saúde humana e enfocando especificamente os movimentos transfronteiriços. Rege transferência, o manuseio e o uso de organismos geneticamente modificados (OGMs), por meio da biotecnologia moderna, com um foco específico na movimentação entre países.

Com a ratificação do 50º país (Palau), o Protocolo de Cartagena de Biossegurança entrou em vigor em 11 de setembro 2003, tendo sido ratificado pelo Brasil em 24 de novembro desse ano, e entrando em vigor no país em 22 de fevereiro de 2004.

No âmbito desse Protocolo, em conformidade ao estabelecido em seu Artigo 20, para prestar assistência às Partes na aplicação de suas disposições, o Brasil, em maio de 2004, endossou o projeto "*Building Capacity for Effective Participation in the Biosafety Clearing House*", que está sob a coordenação do MCT/CGBS.

Este é um projeto que visa facilitar a troca de informações científicas, técnicas, ambientais e jurídicas sobre os organismos vivos geneticamente modificados, bem como fornecer subsídios para tomada de decisão sobre a importação, autorização para consumo humano e animal e liberação desses organismos no meio ambiente, ligado à rede mundial de computadores. Este projeto foi aprovado e com aporte de recursos financeiros do GEF, com contrapartida não-financeira por parte do MCT.

Assim foi que em 26 de dezembro de 2006 foi assinado o Memorando de Entendimento entre o MCT e a UNEP-GEF com vistas à implementação do referido projeto para o qual já se tinha constituído um Grupo de Trabalho por meio da Portaria MCT Nº 400, de 28.06.2006.

Em 2007 foram realizadas 03 (três) reuniões do Grupo de Trabalho com o objetivo de planejar, implementar e avaliar 02 (dois) *workshops* no âmbito do projeto, a saber:

- 1º Workshop para o setor produtivo para treinamento sobre a utilização do BCH, nos dias 28 e 29 de junho de 2007, em Brasília, DF.
- 2º Workshop de treinamento para utilização do portal do BCH brasileiro para troca de informações sobre produtos que contenham organismos vivos modificados (OVMs), voltados para pesquisadores, gestores do setor público e profissionais do setor empresarial. Este treinamento ocorreu paralelamente ao 5º Congresso Brasileiro de Biossegurança, em Ouro Preto (MG),nos dias 20 e 21 de setembro de 2007.

4. Conselho Consultivo da Anvisa

O Conselho Consultivo é um órgão colegiado que acompanha e aprecia o desenvolvimento das atividades realizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, requerendo informações e fazendo proposições a respeito das ações desta.

As reuniões do Conselho são trimestrais, sendo composto por representantes de instituições da administração pública, sociedade civil organizada e comunidade científica. Seu funcionamento é disposto em normas próprias, sendo presidido pelo Ministro de Estado da Saúde ou seu representante legal.

Durante as reuniões realizadas neste ano foram abordados diversos temas, dos quais destacamos:

- fortalecimento da capacidade de gestão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;
- a melhoria do processo de comunicação da Anvisa; e
- fomento à produção, sistematização e disseminação do conhecimento relacionado a medicamentos, serviços de saúde, cosméticos, saneantes, alimentos, derivados do tabaco, produtos médicos, sangue e hemoderivados.

5. Grupo de Trabalho para Elaboração de "Programa de Trabalho Brasil-Argentina sobre Ética na Ciência e na Tecnologia"

Em 2005, após a realização da III Reunião do Comitê-Gestor de Cooperação Bilateral Brasil–Argentina, foi estabelecido que seria criado grupo de trabalho para elaborar uma proposta conjunta para o Programa Bilateral de Ética para a Ciência, programa este que deveria implementar atividades de intercâmbio de experiências e estudo conjunto de temas e situações envolvendo aspectos éticos de interesse para as sociedades dos dois países, como investigação clínica e proteção dos sujeitos de pesquisa. Em 2006 a CGBS atuou como ponto focal deste Grupo de Trabalho, sendo suplente da ASSIN/MCT. Como resultado, foi concluída a redação do "Programa de Trabalho Brasil-Argentina sobre Ética na Ciência e na Tecnologia", o qual estipula a função de Coordenadores Nacionais e de um Núcleo Bilateral de Coordenação. O Programa de Trabalho indica como objetivos desta cooperação bilateral:

- promover o intercâmbio de experiências e o estudo conjunto de temas e situações envolvendo aspectos éticos de interesse para as sociedades dos dois países;

- estimular a reflexão sobre as relações entre ética e ciência e o desenvolvimento do ensino da ética na formação universitária;
- capacitar recursos humanos para a aplicação da ética na ciência e na tecnologia; e
- promover a difusão de conceitos éticos na ciência e tecnologia visando promover maior participação da sociedade e a tomada de decisões informadas.

Em outubro de 2006 foi realizada em Buenos Aires, Argentina, reunião para tratar do tema "Ética no acesso ao conhecimento de domínio público", como objetivo de elaborar enfoque original que expressasse visão compartilhada pelos dois países no tema. Entre os pontos mais relevantes tratados na ocasião, destacam-se:

- poder econômico exerce grande influência nas pesquisas clínicas desenvolvidas atualmente;
- conceito de *new chemical entitys* traz de forma velada a intenção de se patentear a arquitetura nova de moléculas já conhecidas e aumentar os direitos de propriedades intelectuais;
- a realidade latino-americana deve ser considerada quando se trata de pesquisas na área da saúde humana (prioridades e custos);
- deve se ter em mente as conseqüências sociais do desenvolvimento tecnológico, e não apenas as possibilidades comerciais;
- os genes não deveriam ser dados patenteáveis, uma vez que são descobertas, sem nenhum tipo de passo inventivo;
- é eticamente insustentável repetir os testes para os dados de prova sem fins científicos. As tentativas de empresas internacionais de se restringir o acesso aos dados de prova (testes clínicos) exigidos por autoridades sanitárias são condenadas por documentos internacionais como a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da Unesco e pode inviabilizar a produção de genéricos em países em desenvolvimento; e
- seria interessante apresentar um documento que fosse atrativo para a imprensa, para que o trabalho ganhe mais visibilidade.

Em 2007, a CGBS trabalhou em conjunto com a ASSIN/MCT, em articulações internas, de forma a dar continuidade à cooperação. Houve a indicação por parte da ASSIN do Dr. Ennio Candotti como Coordenador Nacional pelo lado brasileiro, tendo este iniciado a avaliação da composição do Núcleo de Coordenação. Espera-se que em 2008 esta cooperação bilateral em particular comece a apresentar frutos concretos em atividades como intercâmbio de experiências e estúdios conjuntos de temas de interesse de ambos os países.

6. Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ)

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, tratado internacional da Organização Mundial da Saúde (OMS), tem por objetivo

"proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco".

Este relevante instrumento em saúde pública foi adotado pelos países membros da OMS em 21 de maio de 2003 e assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003. Seu texto foi aprovado

pelo Congresso Nacional em 27 de outubro de 2005, ratificado pelo governo brasileiro em 3 de novembro de 2005, promulgado pelo Presidente da República em 2 de janeiro de 2006 e entrou em vigor para o Brasil em 1o de fevereiro de 2006.

No dia 1o de agosto de 2003 foi criada por meio de Decreto Presidencial a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ), comissão esta que apresenta entre suas atribuições a competência de "articular a organização e a implementação de agenda governamental intersetorial para o cumprimento das obrigações previstas na Convenção-Quadro". Desta forma, a Comissão Nacional está realizando uma oficina entitulada "Construindo uma Agenda de Estado para o Cumprimento da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco", cujo teor traz propostas de ações, com descrições de ministérios envolvidos, atividades e cronograma. No momento, esta matriz está em fase de apreciação por parte dos órgãos envolvidos.

Dentre as atividades propostas para serem desempenhadas pelo MCT, destacamos:

- solicitar que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) localize grupos de pesquisa que possivelmente possam colaborar ou tenham pesquisas no tema de prevenção ao tabagismo e cessação de fumar para a população indígena.
- mobilizar, por meio de editais, as agências de fomento para o desenvolvimento de pesquisas epidemiológicas, clínicas, sociais, econômicas e agrícolas para subsidiar a implementação da Convenção-Quadro.
- realizar um seminário nacional para discutir as prioridades de pesquisa e envolver/comprometer instituições de financiamento nacionais e internacionais.
- promover projetos e parceiras de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica voltadas à diversificação do uso do tabaco como matéria prima para outras cadeias produtivas (cosmética, cosmecêutica, química e farmacêutica).
- promover projetos e parcerias de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica voltadas à diversificação de produção em regiões fumicultoras.

7. Grupo de Trabalho para Elaboração da "Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos"

No intuito de estabelecer as diretrizes para a atuação do governo na área de plantas medicinais e fitoterápicos, foi constituído um Grupo de Trabalho para elaborar a "Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos", parte essencial das políticas públicas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social como um dos elementos fundamentais de transversalidade na implementação de ações capazes de promover melhorias na qualidade de vida da população brasileira.

Alguns princípios nortearam a elaboração desta Política, tais como melhoria da atenção à saúde, uso sustentável da biodiversidade brasileira e fortalecimento da agricultura familiar, geração de emprego e renda, desenvolvimento industrial e tecnológico e perspectiva de inclusão social e regional, além da participação popular e do controle social sobre todas as ações decorrentes desta iniciativa. Entre os fatores previamente admitidos, ressalta-se a necessidade de minimização da dependência tecnológica e do estabelecimento de uma posição de destaque de nosso país no cenário internacional.

Assim como as demais iniciativas do governo federal para a formulação e implementação de políticas públicas, a metodologia adotada favoreceu a construção participativa e democrática, envolvendo transversalmente todos os níveis e instâncias do governo e da sociedade na coleta sistemática de subsídios para elaboração do documento.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

Com a finalidade de cumprir a sua missão institucional, a SEPED estabeleceu para o exercício de 2007, alguns indicadores de Desempenho Operacional de Políticas Públicas, de forma sintética e objetiva, que expõe o resultado da gestão amparado em alguns programas e ações do PPA, sob sua governabilidade.

Desempenho Operacional: METEOROLOGIA, CLIMATOLIGA E HIDROLOGIA

Indicador: Instalação da Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia.- CMCH

a) Utilidade: A Comissão é um órgão colegiado integrante da estrutura do MCT que tem como competência contribuir para a formulação de proposta da Política Nacional de Meteorologia e do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia, levando-se em consideração os aspectos da política de aquisição e compartilhamento dos dados coletados no âmbito das organizações de meteorologia atuantes no País. A CMCH tem como missão coordenar as atividades de meteorologia, climatologia e hidrologia e reunir os principais atores: sociedades científicas, governos, empresários para discussão e resolução de problemas relacionados a essas áreas.

b) Tipo: Eficácia e Eficiência. A implantação ocorreu na primeira reunião ordinária (14.09.2007) com a posse dos membros. Em reuniões subsequentes, foram produzidos documentos para apresentação ao Fundo Setorial do CT-Agro, elaboração e aprovação do Regimento Interno, Portaria para sua publicação e formação do Grupo de Trabalho para elaborar minuta da Política Nacional de Meteorologia.

c) Fórmula de cálculo: - não se aplica

d) Método de Aferição: Foram realizadas uma reunião ordinária com a participação de todos os representantes da Comissão, duas reuniões extraordinárias voltadas para a análise, discussão e aprovação do Regimento Interno e uma reunião do Comitê-Executivo que criou o GT para elaborar o texto de Política Nacional de Meteorologia e Climatologia.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Meteorologia. Climatologia e hidrologia.

f) Resultado do indicador no exercício: 100% - posse dos membros, elaboração do Regimento Interno, formação de grupo de trabalho, termo de referência que será apresentado ao CT-Agro

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não de aplica

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica

Indicador: Implementação total do Projeto Piloto de Investimento (Desenvolvimento da Meteorologia. Nacional), transformado em PAC em 2007.

a) Utilidade: O Estado tem com uma das competências a prestação de serviços públicos de meteorologia e climatologia, com o objetivo de garantir a todo cidadão brasileiro o direito a

informações meteorológicas básicas gratuita e de qualidade. Fortalecer e atualizar a infra-estrutura das instituições nacionais , dando condições para o contínuo desenvolvimento da meteorologia voltado para a previsão do clima, tempo e da evolução hidrológica, aumentando o índice de acertos de previsões e facilitando o acesso aos usuários. O MCT gerenciou recursos de 2005-2007 dando prioridade à modernização e atualização de equipamentos, substituição de estações convencionais pelas automáticas nos Estados, capacitando os institutos, e fortalecendo a rede sinótica de previsão de tempo e clima.

b) Tipo: Eficiência e eficácia: Os equipamentos e itens integrantes do plano de trabalho elaborado pelo CPTEC/INPE e INMET/MAPA foram adquiridos e instalados, alguns nos institutos nacionais e outros, como é o caso das estações meteorológicas automáticas, nos Estados da Federação.

c) Fórmula de cálculo: - não se aplica

d) Método de Aferição: Reuniões com os Institutos (CPTEC e INMET), Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda; e relatórios mensais, plataformas automáticas de coleta de dados instaladas e em funcionamento.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Meteorologia. Climatologia e hidrologia.

f) Resultado do indicador no exercício: 100% Recebimento de dados meteorológicos e climatológicos pelos usuários em tempo hábil e mais confiáveis.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não de aplica

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica

Indicador: Fortalecimento dos Centros Estaduais de Meteorologia

a) Utilidade: Em 2005 foi elaborado um levantamento junto aos Centros Estaduais de Meteorologia com relação à infra-estrutura física e de pessoal qualificado e detectada a acentuada diferença entre o número de recursos humanos disponíveis, os equipamentos e a carência de atualização e reciclagem do conhecimento com relação à demanda dos usuários. Tendo em vista diminuir essas deficiências que se apresentavam como vulnerabilidades para o País, o MCT desenvolveu parcerias com os Centros Estaduais de Meteorologia, CNPq e SBMET, através do PROJETO “Sistemas Numéricos de Previsão de Tempo”, com o objetivo de reforçar a equipe local com meteorologistas, especialistas em banco de dados e em hidrometeorologia com a concessão de 12 bolsas DTI, e investiu na capacitação de recursos humanos, apoiando a realização de cursos de atualização técnico-científica, e instalação de “clusters” de computadores (em 10 Centros), uma vez que a previsão de tempo e clima é fortemente dependente de sistemas informatizados de alto desempenho e de banco de dados, que condicionam a qualidade das informações e dados que poder ser disponibilizados aos usuários.

b) Tipo: eficiência, eficácia e efetividade. O interesse dos Centros em participar dos cursos e da avaliação do projeto envolveu 24 Estados. Os clusters de computadores foram instalados e estão em funcionamento nos Centros, rodando os modelos de previsão de tempo e climática e 5 deles em fase de teste e ajustes necessários vias checagem dos resultados com os dados medidos.

c) Fórmula de cálculo: - não se aplica

d) Método de Aferição: Reunião de avaliação do Projeto Sistemas Numéricos de Previsão do Tempo em dez/2007, na UFRJ, após a realização do curso Meteorologia Sinótica Teórica e Aplicada com número de inscritos muito superior às maquinas disponíveis, ultrapassando as expectativas iniciais quando da inscrição.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Meteorologia. Climatologia e hidrologia.

f) Resultado do indicador do exercício: 100%. Maior confiabilidade nos dados informativos utilizados pelos usuários e o número de atendimentos a Centros Estaduais de Meteorologia, com fortalecimento de suas infraestruturas. 2 dos bolsistas foram contratados um pelo centro estadual, outro pelo INMET.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não de aplica

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica

Desempenho Operacional: BIODIVERSIDADE

Indicador: Criação de marcos legais para conservação e uso da bioidversidade – projeto de lei de acesso aos recursos genéticos

a) Utilidade: Encontra-se em análise na casa civil projeto de lei de acesso aos recursos genéticos. A discussão do projeto de lei envolve a participação de diversos ministérios, principalmente o MCT, SAÚDE, AGRICULTURA, INDÚSTRIA E CULTIRA. A SEPED, por intermédio da Coordenação Geral de Políticas e Programas para Biodiversidade, participa ativamente da construção do projeto de lei, na defesa dos interesses nacionais e sua inter-relação com a atividade de ciência e tecnologia.

b) Tipo: Trata-se de um indicador de eficiência pois para a realização das atividades de C,T&I é primordial a garantia de um amparo legal em consonância com os interesses do MCT..

c) Fórmula de cálculo: - não se aplica

d) Método de aferição: não se aplica

e) Área responsável pelo cálculo e/ ou medição: Coordenação Geral de Políticas e Programa para a Biodiversidade.

f) Resultado do indicador no exercício:

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não de aplica

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica

Desempenho Operacional: MAR

Indicador: Elaboração do VII Plano Setorial para os Recursos do Mar (VI PSRM)

a) **Utilidade**: O VII PSRM será vigente para o quadriênio 2008-2011, e terá como prioridade conhecer e avaliar as potencialidades do mar e monitorar os recursos vivos e não-vivos, assim como os fenômenos oceanográficos e climatológicos das áreas marinhas sob jurisdição e de interesse nacional. O MCT/SEPED tem assento em todos os Comitês Executivos do VII PSRM, tais como o Programa Arquipélago São Pedro e São Paulo, Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira, Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos e Consolidação e Ampliação dos Grupos de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências do Mar. O MCT coordena dois Comitês Executivos subordinados ao VII PRSM, o Comitê Executivo para Levantamento e Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha – BIOMAR, cujo Proposta Nacional de Trabalho, que norteia todas as ações relacionadas ao tema, foi elaborada e aprovada em 2007, e o novo Comitê, Pesquisa em Clima e Oceanografia sobre o Atlântico Tropical e Sul, e Antártica.

b) **Tipo**: Eficiência média – grande número de encontros presenciais, durante todo o ano de 2007. Todos os Ministérios envolvidos participaram e todos os Ministros aprovaram o documento, que está sendo encaminhado a Casa Civil, para posterior aprovação do Presidente da República. Efetividade: 100%.

c) **Fórmula de cálculo:** Não se aplica

d) **Método de aferição: Número de Reuniões**

e) **Área Responsável pelo cálculo e/ou medição**: Coordenação para o Mar e Antártica

f) **Resultado do indicador no exercício**: aprovação do VII na CIRM; aprovação do Ministro de Estado de C&T; aprovação pelo Presidente da República.

g) **Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não de aplica

h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica

Desempenho Operacional: ANTÁRTICA

Indicador: Participação brasileira no Ano Polar Internacional

a) **Utilidade:** O IV Ano Polar Internacional (*International Polar Year*), API 2007-2008, é o primeiro API com efetiva participação do Brasil. O API é um programa internacional que coordena pesquisas científicas interdisciplinares nas regiões polares: Ártico e Antártica, organizado conjuntamente pelo ICSU (*International Council for Science*) e pela WMO (*World Meteorological Organization)*, realizados a intervalos de cerca de cinqüenta anos. Considera-se altamente provável que a ampliação de atividades antárticas por parte dos principais países do cenário mundial vise, não só ampliar o conhecimento científico sobre a influência da região antártica em mudanças ambientais que afetem seus respectivos territórios, como também reforçar suas posições político-estratégica sobre o futuro de 10% do planeta.

b) **Tipo**: Eficiência 100% – resposta rápida às demandas internacionais e nacionais. Eficácia: 100% - ampliação dos recursos investidos em pesquisa antártica; projetos aprovados e apoiados. Efetividade: 100%.

c) **Fórmula de cálculo:** Não se aplica

d) Método de aferição: Número de Reuniões

e) Área Responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação para o Mar e Antártica

f) Resultado do indicador no exercício: primeira participação de cientistas brasileiros em Ano Polar Internacional, em grandes projetos com atuação direta de pesquisadores brasileiros de mais de trinta universidades públicas e privadas e de centros de pesquisa; lançamento do API no Brasil concomitante ao lançamento pela UNESCO, em 1º de março de 2007; grande destaque na mídia nacional e aumento da percepção pública das pesquisas realizadas na Antártica por brasileiros.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não de aplica

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica

<u>Desempenho Operacional: Meio Ambiente</u>

Indicador: Elaboração do Plano Científico da Rede de Pesquisa de Conservação e Uso Sustentável do Cerrado

a) Utilidade: Ampliar o conhecimento sobre os fatores ambientais e sócio-econômicos que interferem na situação do Cerrado, com enfoque para o uso da terra; tornar disponível o conhecimento científico e tecnológico sobre o Cerrado, por meio de um banco de dados abertos e outros mecanismos, para a formulação e implementação de políticas públicas de conservação e uso sustentável; ampliar o conhecimento e tecnologias de aproveitamento sustentável da biodiversidade e demais recursos naturais do Cerrado; contribuir para as estratégias de conservação e uso sustentável do Cerrado; fortalecer as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Ambientais no Cerrado, por meio da interação entre grupos consolidados e emergentes.

b) Tipo: o indicador foi considerado eficiente pelo tempo exíguo de elaboração do plano científico e otimização de recursos pois foram previstas 5 reuniões regionais e uma conferência nacional, e no entanto, o plano científico foi elaborado com 2 reuniões nacionais.

c) Fórmula de cálculo: Não se aplica

d) Método de aferição: Não se aplica

e) Área responsável pelo cálculo e/ ou medição: Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas.

f) Resultado do indicador no exercício: plano científico desenvolvido por aproximadamente 40 pesquisadores atuantes em instituições de pesquisa de 11 Estados com abrangência do Bioma Cerrado e criação da Rede de pesquisas COMCERRADO

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica

i) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica

Indicador: Implementação de estratégias para integração de grupos de pesquisa no Pantanal e na Amazônia

a) **Utilidade**: estruturação de redes de pesquisa para promover e disseminar, de forma cooperativa, pesquisas científicas e tecnológicas em temas prioritários para região Amazônica e Pantanal

b) **Tipo**: o indicador foi considerado eficaz, pois o modelo de rede adotado mostrou-se inovador para atender às pesquisas, promovendo resultados integrados bem como o fortalecimento da capacidade regional. O indicador também foi considerado eficiente ao promover a complementaridade das ações dos pesquisadores da rede e contribuindo para superação das assimetrias regionais, otimização dos recursos e maximizando os resultados obtidos.

c) **Fórmula de cálculo:** Não de aplica

d) **Método de aferição**: Número de Redes Integradas

e) **Área responsável pelo cálculo e/ ou medição:** Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas.

f) **Resultado do indicador no exercício**: grupos de pesquisa integrados em 15 redes na Amazônia e 3 no Pantanal

g) **Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não se aplica

h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica

Indicador: Aprimoramento do sistema de monitoramento do desmatamento da Amazônia

a) **Utilidade**: Como forma de contribuir com o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por intermédio da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED), propôs desenvolver o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real – DETER. A criação do Projeto DETER foi uma conseqüência da experiência adquirida pela equipe envolvida nos Projetos PRODES Analógico e PRODES Digital, e pela disponibilidade de dados do sensor MODIS. Dessa forma, o DETER se insere como uma atividade do Projeto PRODES (Estimativa do Desmatamento na Amazônia Legal), para monitorar áreas desflorestadas durante o ano, as quais serão computadas no final do ano pelo PRODES Digital. O Deter produz levantamentos quinzenais, no período de maio a setembro, e mensais no período de outubro a abril devido à ocorrência de nuvens.

b) **Tipo:** o indicador foi considerado eficaz, pois o sistema está plenamente desenvolvido e em operação

c) **Fórmula de cálculo:** Não se aplica

d) **Método de aferição**: Não se aplica

e) **Área responsável pelo cálculo e/ ou medição**: Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas.

f) **Resultado do indicador no exercício**: sistema produzindo dados de estimativa do desmatamento, subsidiando políticas públicas para o controle do desmatamento na Amazônia.

g) **Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não se aplica

h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica

Desempenho Operacional: Biotecnologia

Indicador: Implementação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia

a) **Utilidade:** Implementar, acompanhar e avaliar a ações de implementação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.

b) **Tipo**: A eficiência e eficácia na gestão da implementação da Política de Biotecnologia foi considerada satisfatória observando-se o tempo de operacionalização entre a deliberação dos editais e a implementação dos projetos aprovados no âmbito dos mesmos. Quanto a efetividade do indicador, esta é uma propriedade que deverá ser avaliada em longo do prazo.

c) **Fórmula de cálculo**: não se aplica

d) **Método de aferição**: Somatório de observações por meio do acompanhamento e avaliação das ações e atividades das ações deliberadas para o atendimento da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.

e) **Área responsável pelo cálculo e/ ou medição**: Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde.

f) **Resultado do indicador no exercício**: Relatórios de gestão (SIGMCT, Contribuição do MCT na área de Biotecnologia para Implementação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, TCU, Auditoria, entre outros)

g) **Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador**: Falta de articulação entre a CGBS e as Secretarias Técnicas dos Fundos Setoriais.

h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis**: Definição de gestões para acompanhamento das ações do Pano de Ação de C,T&I 2007-2010.

Comentários:

A expansão do conhecimento é considerada como um fator imprescindível para promover o aumento da competitividade e a agregação de valor em diversos setores da economia de um país. Partindo desta premissa, o MCT vem ampliando significativamente seus investimentos em pesquisas, fortalecendo sua base de P,D&I em setores estratégicos para tornar o país mais competitivo frente a alguns países emergentes, particularmente em áreas portadoras de futuro, como a biotecnologia.

A importância estratégica da biotecnologia é, mundialmente, reconhecida pelo seu potencial de desenvolvimento econômico e social, constituindo-se em uma das maiores oportunidades de ingresso do Brasil no grande mercado de conhecimento e de novas tecnologias, quando se leva em consideração que o país possui uma base técnico-científica de alto nível e as inúmeras possibilidades de utilização de sua biodiversidade.

A Política de Desenvolvimento da Biotecnologia do país, instituída por meio do Decreto Presidencial nº 6.041, em 8 de fevereiro de 2007, representa um avanço para o setor, uma vez que visa estabelecer um ambiente favorável ao desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos inovadores e ao aumento da capacidade de inovação, de absorção de tecnologias, de geração de negócios, e de expansão das exportações das empresas brasileiras. A política estruturada nos eixos denominados de estruturante e horizontal, apresenta no primeiro, diretrizes para ações estratégicas, prioritárias e de fronteira da biotecnologia nas áreas de saúde humana, agricultura, industrial e meio ambiente; enquanto que no segundo ressalta a necessidade de ações voltadas para investimentos, recursos humanos, infra-estrutura e marcos regulatórios, de modo a tornar o ambiente favorável ao desenvolvimento da biotecnologia.

Assim, a ampliação da capacidade técnico-científica nacional em pesquisas integradas dos conjuntos dos componentes celulares (genômas, proteômas, transcriptomas, metabolomas e interatomas) é, portanto, de interesse estratégico para a competitividade da Indústria, da Saúde Humana e da Agropecuária, e contribuiu para alavancar a criação de empresas de base tecnológica em Biotecnologia e consolidar a posição do Brasil como líder na América do Sul.

Outro aspecto positivo, que cabe destacar, sobre a estratégia de implementação da política de biotecnologia do país, é a formatação de redes de pesquisas, que permite a integração entre grupos de pesquisa de excelência reconhecida e grupos de pesquisa emergentes, associados a formação de recursos humanos, criando-se um ambiente favorável a troca de experiências.

Desempenho Operacional: Mudanças Climáticas

Indicador 1. Fortalecimento da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima:

a) Utilidade: Reformular e estabelecer novos padrões de forma a reforçar a atual estrutura de análise de projetos MDL no Governo Brasileiro, considerando a crescente demanda de atividades de projetos no âmbito do MDL no Brasil.

b) Tipo: Até 2007, já haviam sido aprovados 173 projetos pela Comissão Internimisterial de Mudança Global do Clima, dos quais 108 foram registrados pelo Conselho Executivo do MDL, com cerca de 142 milhões de toneladas de CO_2 a serem reduzidas durante o primeiro período de obtenção de crédito do Protocolo de Quioto, o que demonstra a eficiência e efetividade desse indicador. A parte de eficácia não se aplica a esse indicador, visto que o Brasil não possui metas de redução de emissões de gases de efeito estufa.

c) Fórmula de Cálculo do indicador: Consulta na página do Conselho Executivo do MDL, em Bonn.

d) Método de aferição: Consulta na página do Conselho Executivo do MDL, em Bonn.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima.

f) Resultado do indicador no exercício: 173 projetos aprovados pela Comissão.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

Indicador 2. Elaboração da Segunda Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima:

a) Utilidade: Ampliar a cobertura do Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa de modo a compreender as emissões e remoções anuais para o período de 1990 a 2000, focalizando os setores/gases que representam uma parcela significativa das emissões de gases de efeito estufa ou apresentam um elevado grau de incerteza, ou ambos; Realizar reduções em escala de modelos de circulação global; Elaborar estudos sobre vulnerabilidade e adaptação à mudança do clima, com ênfase no setor de saúde; no setor energético; nos recursos hídricos, enchentes e desertificação; no setor agropecuário; no manejo de zonas costeiras; e biodiversidade; Atualizar a descrição das circunstâncias nacionais do Brasil, assim como das medidas adotadas ou previstas para implementar a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

b) Tipo: Em 2007, as principais parcerias necessárias à elaboração dos trabalhos referentes ao segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa e outros estudos que deverão compor a Segunda Comunicação Nacional do Brasil já haviam sido celebradas e iniciadas, com a apresentação, em alguns setores, de relatórios parciais de desenvolvimento. Além disso, para todas as parcerias celebradas foram alocadas contrapartidas das instituições parceiras, o que possibilitou não apenas a redução dos custos do trabalho como também a ampliação do escopo de diversos estudos, demonstrando a eficiência e efetividade desse indicador. A parte de eficácia também foi atingida, visto que o Brasil tem até março de 2010 para finalizar sua Segunda Comunicação Nacional e enviá-la ao Secretariado da Convenção sobre Mudança do Clima e, de acordo com o cronograma definido recentemente, o país deverá cumprir esse compromisso até dezembro de 2009.

c) Fórmula de Cálculo do indicador: Relatório de Avaliação do GEF.

d) Método de aferição: Relatório de Avaliação do GEF.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima.

f) Resultado do indicador no exercício: 30% de execução atingida.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

Indicador 3. Estratégia de conscientização pública e educação sobre mudança global do clima:

a) Utilidade: Disponibilização no *web* site do MCT de informações atualizadas acerca de questões referentes à mudança do clima, bem como os resultados do inventário nacional de gases de efeito estufa.

b) Tipo: Trata-se de uma das principais atividades de conscientização pública desenvolvida na área de mudança global do clima no país. O *site* possibilita que textos importantes sejam disponibilizados para todo o Brasil em nosso idioma, como a íntegra do texto da Convenção e do Protocolo de Quioto, a Primeira Comunicação Nacional do Brasil, documentos relativos às negociações no âmbito da Convenção, em especial decisões das Conferências das Partes, e documentos, discursos e propostas que refletem a posição brasileira. O *site* também possibilita a divulgação de todos os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, incluindo a publicação dos projetos avaliados e aprovados por essa

Comissão separados por setor, o que garante a transparência dos trabalhos desse colegiado, bem como informações atualizadas sobre o status do MDL no Brasil e no mundo. Além disso, aponta para informações existentes na internet relacionadas à mudança do clima consideradas relevantes, com níveis de conhecimento que vão desde informações para iniciantes até informações científicas bem detalhadas (como os relatórios do IPCC). Com cerca de aproximadamente 100.000 acessos mensais, o *site* responde a uma média de 400 consultas mensais por e-mail sobre informações a respeito dos trabalhos e das posições brasileiras na Convenção, além de ser o *site* temático mais acessado dentro da *home page* do MCT. Por ser desenvolvido em quatro idiomas – português, espanhol, inglês e francês, o *site* brasileiro de mudança do clima tornou-se fonte de referência também fora do país, principalmente na América Latina e nos países africanos de língua portuguesa, que acompanham as negociações da Convenção do Clima por meio da *home page* brasileira, demonstrando assim a importância e abrangência dessa atividade de conscientização. Esse *site* possui atualmente 51.554 páginas publicadas nos quatro idiomas. Sobre esse *site* é importante mencionar que o Google realiza um dos mais importantes e eficientes levantamentos de classificação de páginas da *web*, denominado *Google PageRanker*. De acordo com esse levantamento, a cada 10 (dez) pesquisas realizadas na Internet sobre o tema Mudança do Clima, 7 (sete) são direcionadas ao sítio de mudanças climáticas do MCT, demonstrando uma relevância de 7/10.

c) Fórmula de Cálculo do indicador: Quantidade de páginas publicadas no site.

d) Método de aferição: Sistema *publicare* do MCT.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima

f) Resultado do indicador no exercício: 51.554 páginas publicadas até 31/12/2007

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica

Indicador 4. Realização de Consulta Pública sobre os fatores de emissão de CO_2 pela geração de energia elétrica no SIN do Brasil:

a) Utilidade: Definir a sistemática de cálculo dos fatores de emissão de CO_2 resultantes da geração de energia elétrica verificada no Sistema Interligado Nacional (SIN) do Brasil.

b) Tipo: Em 2007, foi estabelecido um grupo de trabalho composto por representantes do Operador Nacional do Sistema (ONS), do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Durante a realização dos trabalhos desse Grupo foram realizadas três reuniões com desenvolvedores de projetos, em Brasília – DF e no Rio de Janeiro – RJ. A proposta gerada por esse Grupo foi submetida a uma Consulta Pública com prazo previsto para recebimento de críticas e sugestões até 30/01/2008. As contribuições recebidas no âmbito dessa consulta pública estão sendo objeto de análise pelo referido Grupo de Trabalho, que deverá apresentar uma recomendação à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima em maio de 2008. A realização da consulta pública e a criação e funcionamento desse Grupo de Trabalho envolvendo as principais instituições responsáveis conferiu maior eficiência e efetividade a todo o processo referente à definição dos fatores de emissão.

c) **Fórmula de Cálculo do indicador:** Não se aplica

d) **Método de aferição:** Contribuições recebidas de diversos atores relacionados ao tema.

e) **Área responsável pelo cálculo e/ou medição:** Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima

f) **Resultado do indicador no exercício:** 22 contribuições recebidas

g) **Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** Não se aplica

h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:** Não se aplica

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA:

Não se aplica no âmbito da SEPED.

7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL:

Não se aplica no âmbito da SEPED.

8. OPERAÇÕES DE FUNDOS:

Não se aplica no âmbito da SEPED.

9. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (CONFORME ANEXOS II E X DA DN – TCU-85/2007)

Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN – TCU-85/2007)

Não se aplica no âmbito da SEPED.

Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN – TCU-85/2007)

Não se aplica no âmbito da SEPED.

Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN – TCU-85/2007)

Não se aplica no âmbito da SEPED.

Anexo D – Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN – TCU-85/2007)

Não se aplica no âmbito da SEPED.

Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN – TCU-85/2007)

Não se aplica no âmbito da SEPED.

Quanto a este item fomos orientados pela DICIT/CGU, acatando posicionamento da DCTEQ, que não haveria a necessidade de preenchimento do Anexo E, uma vez que os convênios estariam sendo executados por outra Unidade Jurisdicionada, que o listará em sua prestação de contas.

Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos:

Não se aplica no âmbito da SEPED.

Atos relativos a adminissão, desligamento, concessão de aposentadoria, reforma e pensão:

Não se aplica no âmbito da SEPED.

Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa:

Não se aplica no âmbito da SEPED.

Relatório de correição:

Não se aplica no âmbito da SEPED.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório de Gestão, além de atender os preceitos legais estabelecidos pela Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União, constitui um importante instrumento para a Administração Pública no Processo de Avaliação dos resultados obtidos ao final de cada exercício, bem como um informativo à sociedade sobre a correta aplicação dos recursos e seus benefícios oriundos de tal aplicação.

Com a finalidade de cumprir as metas e atividades dos Programas e Ações, estabelecidos no Plano Plurianual, sob a responsabilidade desta Secretaria, foram envidados todos os esforços necessários visando aprimorar a qualidade do trabalho e o grau de atingimento dessas metas.

O resultado dessas ações tem contribuído definitivamente para a integração de competências, na formação de recursos humanos, na infra-estrutura de institutos de pesquisas e no apoio ao fomento, ampliando o conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a natureza, a ciência e a sociedade, que contribuam para o entendimento das mudanças globais e para a melhoria da qualidade de vida da população.